

n^o

0



Cadernos de *Alferrara*



Título	Cadernos de Alferrara
Autores	Fernando Pessoa, J. Delgado Rodrigues, Sofia Aleixo, Telmo Pina e Victor Mestre
Edição	Associação de Municípios da Região de Setúbal
Paginação e grafismo	Fábio Vicente
Fotografias	Fábio Vicente, Fernando Pessoa, J. Delgado Rodrigues, Telmo Pina e Victor Mestre
Impressão	Regiset
Depósito legal	978-989-20-7651-5
Tiragem	300 exemplares

Mensagem do Presidente do Conselho Directivo

Rui Garcia

Há no Sítio de Alferrara, uma magnificência que ultrapassa o palpável e visível. Existe uma beleza que se estende para além da dimensão romântica da simbiose entre as ruínas e a natureza. Observamos, cronologicamente, a um renascer de edifícios que são hoje alvo de respeito e admiração.

Os Conventos de Alferrara bebem a beleza da natureza que os abraça, contudo, brilham por si. Desencadeiam em quem os visita, uma automática empatia, um abraço emocional que nos toca a todos. É desta empatia que nasce a vontade de não apenas preservar, mas acima de tudo, investigar. Aprofundar o conhecimento, o saber, daquilo que são dois conventos separados por escassos 300 metros, mas que se distanciam léguas em arquitectura, iconografia e simbolismo.

Desta empatia, deste abraço, nasce o contributo de vários técnicos. Um grupo, de empáticos crónicos com o Sítio de Alferrara, que do seu saber, contribuem com a investigação e interpretação deste espaço. A publicação nº 0 dos “Cadernos de Alferrara” é a primeira pedra numa periodicidade que se espera anual de várias publicações em torno da interpretação da Quinta de São Paulo.

É papel da AMRS publicar o progresso da interpretação deste Sítio. É papel da AMRS, devolver à população, dois Conventos.

Que quem os venha visitar, os possa ler, compreender, interpretar. Os tomar como seus. Este é o sentido dos Cadernos de Alferrara.

<i>Caderno 0.1</i> <i>O tempo do templo e o enigma do lugar de São Paulo</i> <i>Victor Mestre VMSA Arquitectos</i>	8
<i>Caderno 0.2</i> <i>Intervenção paisagística</i> <i>Fernando Pessoa</i>	16
<i>Caderno 0.3</i> <i>Convento de São Paulo, na Arrábida.</i> <i>Notas sobre a preservação dos materiais</i> <i>J. Delgado Rodrigues</i>	40
<i>Caderno 0.4</i> <i>Quinta de S. Paulo – Sistema Hidráulico</i> <i>Telmo Albuquerque Pina</i>	56
<i>Caderno 0.5</i> <i>Conventos de São Paulo e Capuchos</i> <i>Relatório Diagnóstico - 2011</i> <i>Victor Mestre e Sofia Aleixo</i>	79
<i>Caderno 0.6</i> <i>Síntese da metodologia de intervenção inscrita no</i> <i>plano director de conservação, restauro e reversão da</i> <i>unidade patrimonial da Quinta de São Paulo - 2017</i> <i>Victor Mestre VMSA Arquitectos</i>	120

Caderno **0.1**

O tempo do templo e o enigma do lugar de São Paulo

Victor Mestre | VMSA Arquitectos

“Mas o caminho do perfeito passa pelo imperfeito; e, no imperfeito, a única perfeição que se pode fazer florir é a de que o expediente de que se lançou mão agrade ao maior número possível de homens e os satisfaça, mesmo que julguemos nós, com ou sem razão, que já poderíamos estabelecer o melhor quando eles se contentam ainda com o rudimentar e tosco” (Silva, 1996: 33).



Pormenor da Sala do Capítulo, Convento de S. Paulo

Silva, Agostinho da (1996) Educação de Portugal. Porto: Ulmeiro.

O enigma do lugar de São Paulo permanece enquanto objecto de reflexão em face do sentido abstracto das memórias que retém, para além dos acontecimentos que se desenrolaram em seu redor numa dimensão temporal. O sentido do lugar enquanto tempo e memória, referencia-se a si próprio, contrastando com outro(s) lugares de idêntico sentido e significado. Um campo específico por si gerado e a si referenciado reflecte uma verdade específica, a sua, que retém no seu âmago o desenrolar de vidas que aí se acolheram em elevação e em benemerência. Assim se amplia o sentido e se confirma o mistério do lugar.

O sentido do lugar ter-se-á legitimado por via do conjunto de forças que são convocadas e geradas no e pelo templo, o qual acolhe e protege a dimensão transcendental que o consagra. Nesse âmbito, um templo existe para além da materialidade e prolonga-se nas memórias que o tempo acumulou e acomodou em vivências transmutadas em memórias. Memórias que habitam as paredes e libertam na atmosfera sombras e ecos que ressoam e são simultaneamente a espessura dos espaços que se fazem densos e/ou fluidos.

O que emana do templo é o tempo de memória estética e moral que configura e consagra o lugar enquanto identidade imaterial e enquanto objecto físico que a contém e lhe amplia o significado. Intervir no Convento de São Paulo é referenciar o tempo actual perante a herança recebida e assegurar a continuidade do tempo fundacional, que permaneceu para além da materialidade. Este é tão somente o elo frágil na dimensão estética, global numa aproximação ética perante a força do lugar sagrado que, apesar do abandono e mesmo perante a ruína, se manteve imutável na sua essência.

A conservação, restauro e reversão das ruínas é resultado de uma fresta temporal que se interpôs enquanto filosofia de intervenção, tendo por critério o restabelecimento de ligações interrompidas por rupturas abruptas, fragmentos depositados na intensidade das ausências, no abandono afectivo do sentido e significado de lugar sagrado na sua dimensão espiritual, cultural e material enquanto um todo individual.

Na intervenção da reversão da ruína, integrada no plano global iniciado em 2010 e a desenvolver a 25 anos, prevaleceu a vontade de não acrescentar, de não desocultar o sentido do enigma do lugar para que perdure a sua dimensão temporal e imaterial. Mais do que uma intervenção de reposição de materialidades, procurou-se dar continuidade a um percurso longo de usufruto interrompido abruptamente com a extinção das Ordens. Um novo ciclo se instalou, descaracterizando fisicamente o edificado, desqualificando-o da sua essência de templo e terminando em abandono e ruína.

A intervenção resulta de um projecto de conservação, restauro e reversão física numa estreita dimensão cultural tanto nas técnicas utilizadas como, e principalmente, na interpretação e consolidação da unidade intemporal fundadora, ou seja, a de templo.

As condições infra-estruturais que se instalaram, apesar de mínimas, são necessariamente intrusivas sobretudo por serem inéditas e alterarem a atmosfera do conjunto arquitectónico. Entendeu-se que devem interferir o menos possível e numa perspectiva complementar às ambiências que caracterizam as hierarquias espaciais. A nova iluminação em alguns lugares de passagem liberta tão somente uma névoa de luz, acentuando as formas e texturas como os tons dos pavimentos e das paredes. A escala de casa conventual integrada na natureza harmoniza-se nas formas simples e espartanas de uma arquitectura chã, acolhedora e enigmática na sua interioridade protegida pela densidade tectónica.

O sentido da (não) intervenção realiza-se na reposição das espacialidades nas hierarquias culturais inerentes à matriz canónica que estruturou o conjunto arquitectónico. A fluidez do seu uso complementar-se-á em outras campanhas de intervenção tanto interna como externamente.

O sentido deste lugar é amplo porquanto a sua relação com o território envolvente traduz uma identidade indissociável. Caminhos, veredas, levadas, patamares e bosques de vegetação mediterrânica emolduram o edificado numa at-



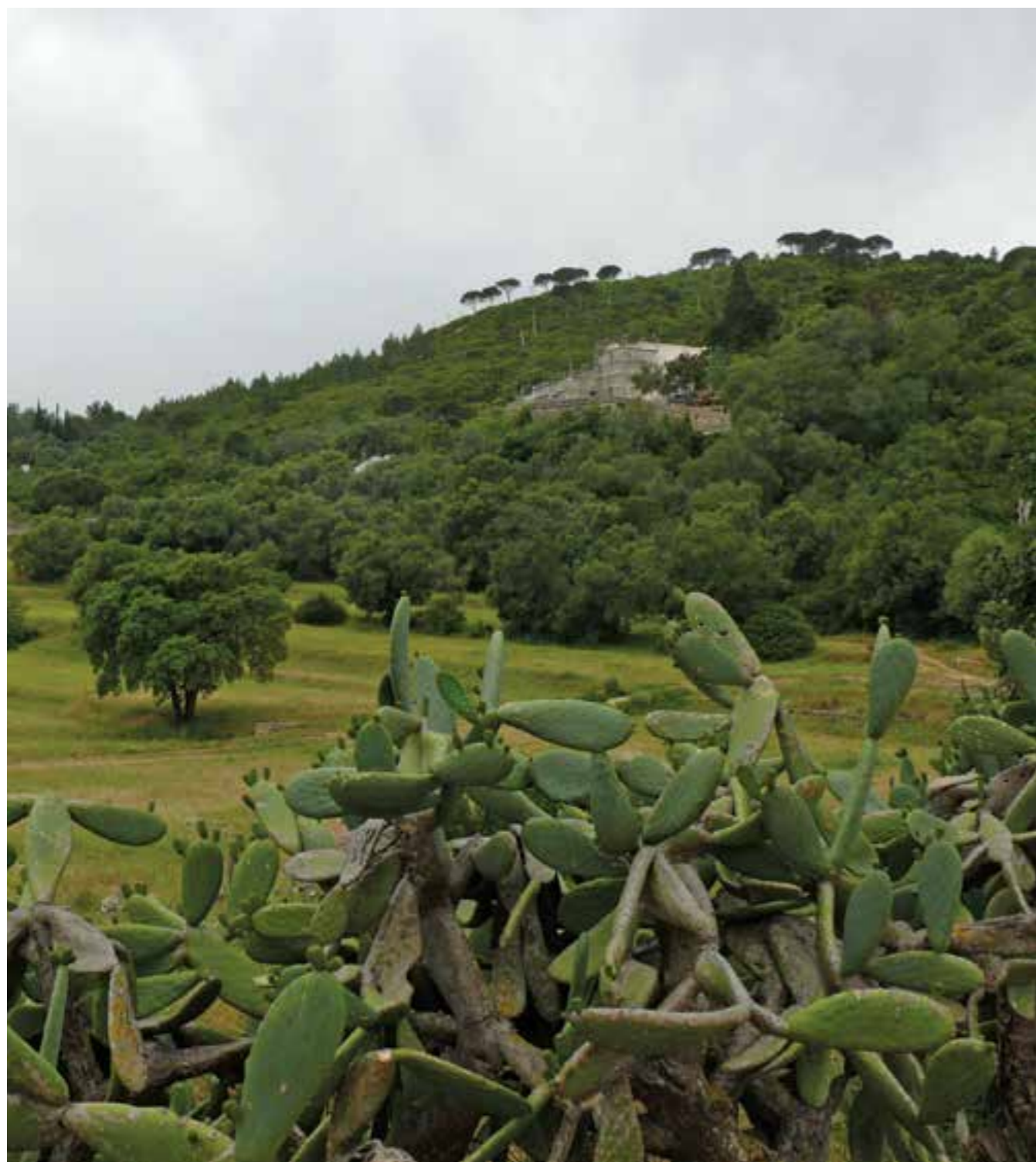
“escrita desenhada” por Victor Mestre

mosfera natural. Complementarmente à intervenção na casa conventual pretende-se preservar a reconquista da natureza sobre o espaço artificial, trabalhando o território de contacto como lugar de transição e de fruição num justo equilíbrio entre tempos e usos. Tempos diferentes, distantes e próximos construíram o enigma do lugar que agora se devolve ao usufruto numa explícita ética de intervenção contextualizada no espírito universalista do tempo actual.

Como observou Agostinho da Silva, o “perfeito passa pelo imperfeito”. Seguindo o seu raciocínio, apesar de um potencial contentamento compete-nos elevar a exigência e a inovação que ficará associada a este lugar enquanto um tempo de um tempo que corresponde a uma nova fase transitória de enobrecimento e de devolução à comunidade.

Caderno **0.2**

Intervenção paisagística
Fernando Pessoa

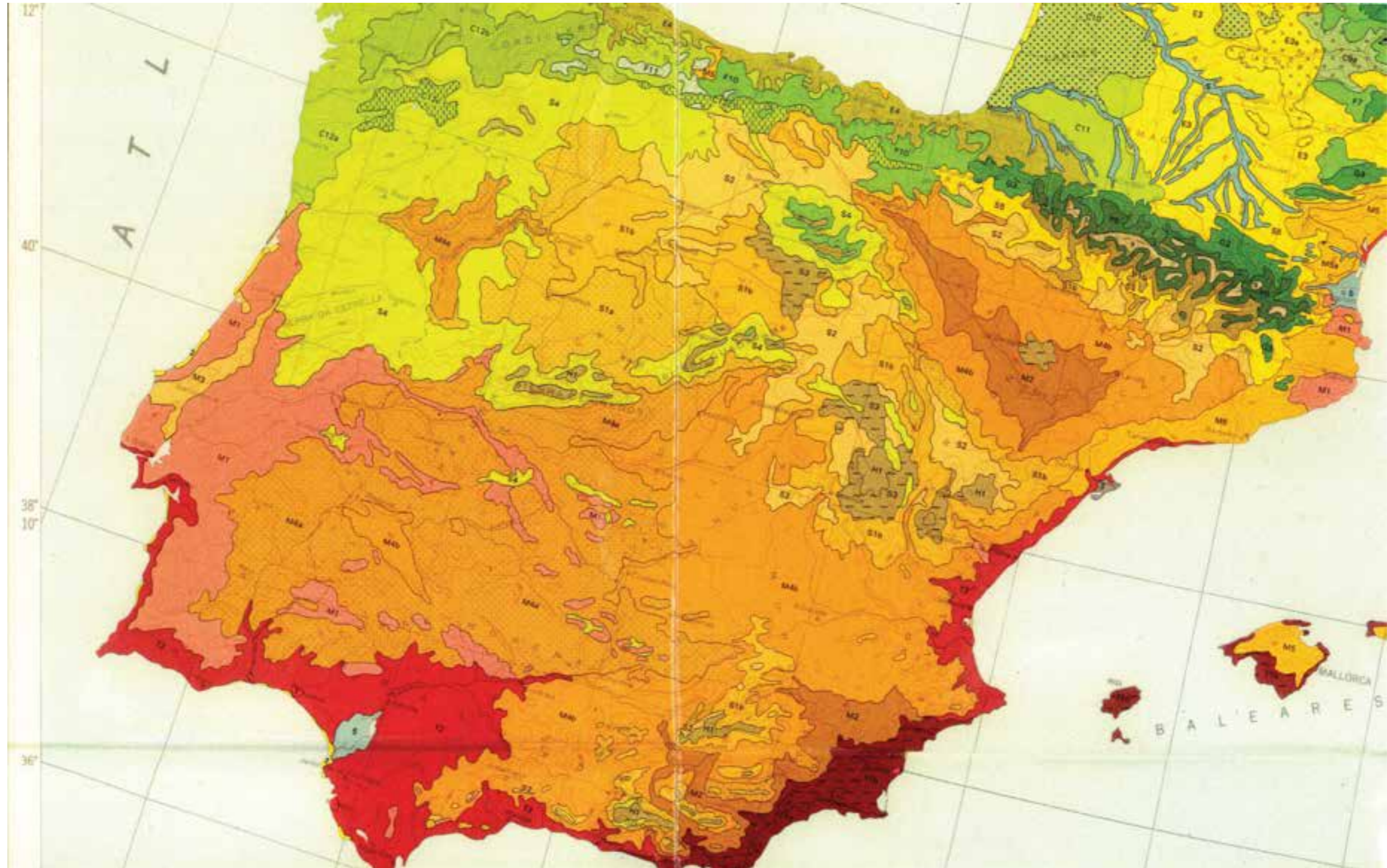


Vista parcial da Quinta de S-Paulo com a localização do Convento de S. Paulo

A intervenção em dois conventos em ruínas na Quinta de S.Paulo, pertencente à Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, resulta do interesse que os Municípios daquele Distrito manifestam pela protecção e recuperação do património natural e cultural de um dos mais ricos territórios portugueses em valores patrimoniais.

A primeira intervenção avança no Convento de S.Paulo, da Ordem de Nossa Senhora da Consolação, vetusta construção do Séc, XIV, que se situa a uns trezentos metros de outro monumento, o Convento dos Capuchos da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Província da Arrábida, do séc. XVIII, mas este em muito piores condições de conservação.

A recuperação destes conventos deve implicar não apenas a parte edificada e mais monumental, mas igualmente a envolvente paisagística que está na origem da escolha deste local para instalação de monges eremitas.



1 - Carta da Vegetação Natural dos Estados Membros da Comunidade Europeia e do Conselho da Europa



2 - Floresta natural da aliança *Oleo.Ceratonion*

A paisagem envolvente

A zona da Arrábida está bafejada pela presença de uma formação florística especialmente notável. Foi essa fantástica vegetação natural, criando ambientes paradisíacos, que os monges encontraram quando aqui se instalaram.

A **Carta da Vegetação Natural dos Estados Membros da Comunidade Europeia e do Concelho da Europa**, foi coordenada pelo ilustre botânico Professor Albert Noirefalise à frente de uma equipa de outros notáveis botânicos europeus, entre eles o grande botânico português Eng.º Malato Beliz.

Aquele documento foi elaborado com o objectivo de conhecer e localizar a vegetação climática, actual ou potencial, sendo o complemento adequado da carta de solos para o desenvolvimento duma política de salvaguarda do património biológico europeu.

No que respeita à vegetação mediterrânica, a referida Carta da Vegetação Natural identifica, entre outras, a **Zona Termomediterrânica** representada pela Ordem *Oleo-Ceratonietalia*, que se reparte por cinco zonas.

A zona que nos interessa é a **Zona Termomediterrânica Húmida Ocidental, T2**. estreita faixa litoral representada pela aliança *Oleo-Ceratonion*, cuja espécies matriciais são a *Oleo sylvestris* – o zambujeiro ou oliveira brava – e a *Ceratonia siliqua* – a alfarrobeira. Esta formação estende-se potencialmente pelo litoral mediterrânico espanhol de Barcelona até Valência, interrompe-se depois até ao litoral de Málaga, e retoma de novo o litoral peninsular adquirindo a sua maior expressão na região de Sevilha, prolongando-se para o território português o qual bordeja até à região da Serra das Arrábida e a margem sul do Tejo na sua embocadura.

Sucedem que, sendo esta a distribuição potencial da associação florística indicada, na verdade ela encontra-se fortemente degradada na maior parte da sua área de dis-

tribuição, com exceção da área do Parque de Doñana; e é em Portugal, no barrocal algarvio e na zona da Arrábida, que se encontram os melhores povoamentos, mais equilibrados e com um enorme valor patrimonial .

Certas áreas da Serra da Arrábida estão classificadas como Áreas de Protecção Total, como é o caso das Mata do Solitário, Mata de Vidal e Mata Coberta, onde a vegetação adquire maior porte, constituindo autênticas relíquias de um enorme valor .

No excelente trabalho “Vegetação e Flora da Arrábida” do Engº José Gomes Pedro, são estudadas com pormenor as formações vegetais e as espécies que compõem o intrincado mosaico florístico daquele excelsa região .

Nesta vegetação natural sobressaem árvores como o carvalho cerquinho (*Quercus faginea* subsp *broteroi*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o sobreiro (*Quercus suber*), a zelha (*Acer monspessulano*), o zambujeiro (*Olea europaea* vr, *sylvestris*) e a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*); e arbustos que por vezes adquirem porte arbóreo como o aderno (*Phillyrea latifolia*), o sanguinho (*Rhamnus alaternus*), o espinheiro preto (*Rhamnus lycioides*), o lentisco bastardo (*Phillyrea angustifolia*), a aroeira (*Pistacia lentiscus*), o carrasco (*Quercus coccifera*), o fohado (*Viburnum tinus*), o pilriteiro (*Crataegus monogyna*) e algumas trepadeiras como a madressilva (*Lonicera implexa*).

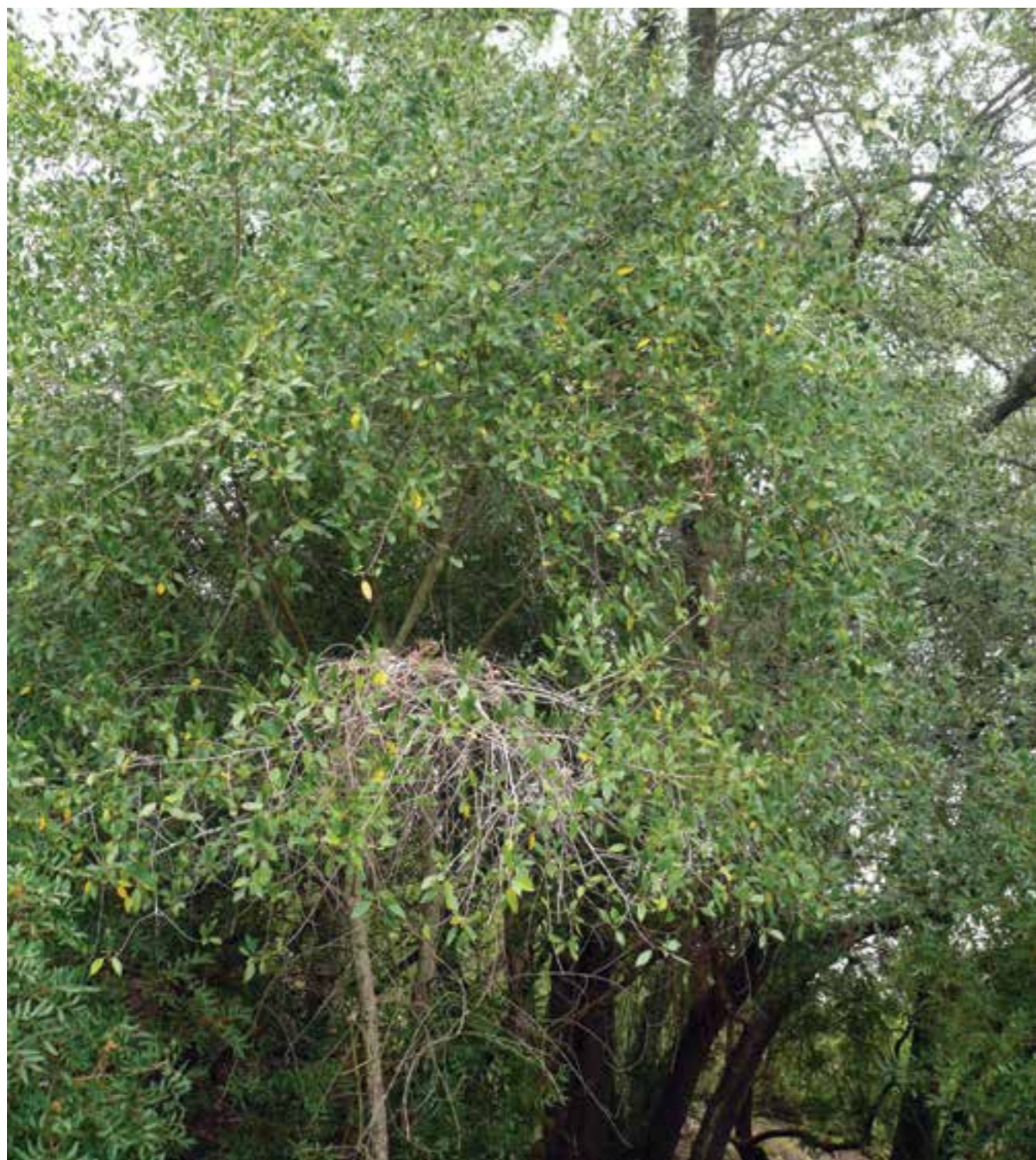
Não se pode deixar de referenciar também o zimbro ou sabina da praia (*Juniperus phoenicia*) que forma por vezes vastos zimbrais .



3 - Nas encostas onde em anos passados os incêndios destruíram o pinhal implantado, rebentou a flora natural formando maquis, rico em espécies das formações climácicas



4 - O matagal que ocupa as encostas ardidas inclui zambujeiro, aroeira, madressilva, mariola, e muitas mais espécies da formação natural



5 - Aderno (*Phillyrea latifolia*)

A paisagem modelada pelos monges

Os monges que vieram habitar num sítio tão ermo como seriam, naqueles séculos em que ocorreram as suas instalações, as matas densas da Arrábida, tiveram de modelar os arredores dos seus conventos para poderem manter uma pequena agricultura de subsistência.

Mesmo sendo comunidades de eremitas, cuja vida era dedicada à oração, à meditação e a uma prática de pobreza, tinham de subsistir e produzir alimentos.

Primeiro tiveram de encontrar sítios onde fosse possível encontrar água potável abundante todo o ano – e isso acontece nas zonas dos dois conventos.

A vegetação densa destas formações mediterrânicas, que conservam a água no solo, as humidades frequentes vindas com as brisas do mar, as chuvas que a altitude daquelas serras favorece, os mananciais aquíferos próprios das formações calcárias - todas são causas da abundância de água em ribeiras e fontes.

A água foi explorada em fontes, poços e minas, armazenada em tanques localizados estrategicamente pela área que foi explorada e distribuída com sabedoria através de levadas ou caleiras.

Por toda a vasta extensão da Quinta de S. Paulo em que se situam os dois conventos, encontram-se inúmeros vestígios de modelação do terreno, sejam muros de divisão, sejam de suporte de socacos ou de suporte de caleiras para a levar a água.

A alimentação básica compreendia o pão, o vinho, o azeite, alguns legumes e algumas frutas.



6 - Muro de pedra seca de suporte de um socalco



7 - Suporte de socalco e de uma caleira de distribuição de água

Com a extinção das ordens religiosas no século XIX, os dois conventos passaram para as mãos dos privados, e alguns deles e suas cercas transformaram-se em habitações de famílias que as continuaram a explorar agricolamente.

Nas imediações do Convento de S. Paulo identificam-se certas áreas que continuaram a ser cultivadas, depois da aquisição por privados, nomeadamente para hortas, olivais e mais tarde laranjais.

Desde Carlos Magno as ordens religiosas tinham de uniformizar as produções, havendo regras e listas de plantas que deviam ser usadas nos conventos e que também influenciavam as populações rurais .

Aliás as Geórgicas de Virgílio continuaram por toda a Idade Média e até mesmo mais tarde, a ser o tratado de agronomia utilizado pelo menos em todo o sul da Europa.

A recuperação da realidade paisagística que resultou da ocupação desta extensa área pelos monges paulistas leva-nos, a par da recuperação arquitectónica do edifício, a tentar implantar a paisagem de subsistência que suportou a vida do Convento.

Assim no terreno que a fotografia nº 8 mostra, e que se trata de um chão agrícola, será feita a sementeira de trigo, estando nesta altura a desenvolverem-se esforços para obter sementes de variedades antigas daquele cereal na região que, com sentido museológico e não tanto de produção, recrie a base alimentar tradicional.

Na fotografia nº9 mostram-se dois socalcos agricultados até há poucos anos, onde se pensa instalar cultivares de castas antigas e tradicionais de videira, para recriar também uma produção que fazia parte das preocupações dos residentes do convento.



8 - Chão preparado para receber a sementeira de variedades antigas de trigo



9 - Socalcos onde será implantada vinha de castas antigas da região

Os arredores contíguos e o claustro do Convento

Os primeiros monges conservaram as tradições greco-romanas na organização das suas comunidades, e os conventos dispunham de jardins que possibilitavam a reflexão e a concentração espiritual.

Mais tarde Santo Agostinho, que serviu de exemplo, construiu a sua igreja com o claustro correspondendo ao *museum, exedra e pórtico* dos velhos jardins dos filósofos.

(Marie Luise Gotheim – A History of Garden Art)

O desenvolvimento ou continuação da medicina pelas plantas, praticada pelas religiões pagãs, foi também uma tarefa adoptada pelas comunidades monásticas, havendo monges que eram especialmente dedicados às funções dessa prática.

Por isso era norma nos conventos a existência de “jardins dos simples”, jardins medicinais ou *herbularius*, onde se cultivavam plantas medicinais, algumas condimentares e também aromáticas.

Estes jardins eram normalmente próximos do convento, e em recintos murados, que permitiam um acesso fácil e quase imediato.

Também tinham de ser cultivadas algumas plantas para flor de corte destinadas à ornamentação dos altares. o que podia ser praticado nos jardins fechados ou murados, e espécies como roseiras, cravos, beladonas, violetas, centáureas, papoilas e primaveras distinguem-se perfeitamente em várias pinturas de carácter religioso como eram sempre as da Idade Média

Já o pátio do claustro era um lugar de silêncio e recolhimento, muitas vezes apenas um terreiro com duas passagens que se cruzam, por vezes uma fonte ou cisterna colocada no canto onde o sol nunca bate; e quando o clima era favorável,



10 - Arredor poente do convento, espaço corredor que leva até uma gruta/casa de fresco onde pode ser instalado o *herbularium* ou jardim dos simples



11 - Entrada para o espaço do *herbularium*

um relvado “ mantido curto , sempre curto, nunca deixado amarelecer, por duas razões : uma é metafísica, pois o verde é o símbolo do renascimento e da eternidade, a outra é psicológica porque o verde refresca e repousa os olhos fatigados” (Sylvia Landsberg –The Medieval Garden).

No Convento de S. Paulo temos uma área lateral poente que se presta a ser o tal “jardim fechado”, e onde alguns elementos na parede do edifício e em pilares defronte , sugerem poderem levar traves e suportar roseiras de trepar ou parreiras; será um sítio nobre a recuperar no exterior imediato do edifício agora recuperado, até porque conduz a uma casa de fresco tipo gruta, hoje em ruínas e que bem merece ser o próximo alvo da atenção desta intervenção.

Também abaixo deste jardim fechado existe uma área suportada por um muro que a sustenta face ao declive e que é apropriada a um jardim de flores de corte.

A área exterior contígua a nascente do convento terá de ser trabalhada com alguns socalcos, por forma a integrar o conjunto dos arredores do edifício recuperado.

Já o pátio do claustro é de pequenas dimensões, e não foram detectados qualquer vestígios de cisterna ou fonte, o que se estranha. Pois sendo o convento localizado na encosta da serra virada a sul, onde as temperaturas no Verão são elevadas, e dispondo de água corrente, a existência de uma fonte traria amenidade ao interior do claustro.

Possivelmente a clausura em estado de pobreza o tenha justificado...

Nas condições climáticas da região, neste pátio o relvado certamente não faria parte da estrutura original e assim ele pode ser tratado apenas com dois caminhos cruzados, bordejados por uma pequena paliçada que tradicionalmente era de entrelaçado de ripas ou de canas, Como aqui os recursos não seriam muitos propõe-se o entrelaçado de canas com cerca de 30 cm de altura.

Chegou-se a pensar na alternativa de reconstruir neste pátio do claustro o “jardim dos simples” mas não se afigura a melhor solução porque não corresponde ao que era tradicional nos conventos da época.

A intervenção na paisagem próxima do Convento de S. Paulo poderá ainda passar pela replantação de espécies indígenas e emblemáticas da formação *Oleo-Ceratonion*, que hoje são pouco abundantes na Quinta de S. Paulo, como o sanguinho (*Rhamnus alaternos*), o lentisco bastardo (*Phillyres angustifolia*) ou o pilriteiro (*Crataegus monogyna*) que valorizarão a envolvente daquele monumento.

Caderno **0.3**

*Convento de São Paulo, na Arrábida.
Notas sobre a preservação dos materiais*
J. Delgado Rodrigues

Introdução

O programa de recuperação do património dos conventos de S. Paulo e dos Capuchos, nas faldas da Serra da Arrábida, inclui intervir sobre objectos profundamente deteriorados, com profundas lesões e vastas zonas com perda total das estruturas. No caso do Convento de S. Paulo, algumas estruturas ainda conservavam elementos suficientes para neles serem repostas algumas funcionalidades, ainda que isso tivesse exigido intervenções muito pesadas e intrusivas.

A equipa projectista, face ao significado dos objectos patrimoniais e ciente do impacte que a intervenção tem sobre os valores materiais e imateriais que lhe são atribuídos, procurou identificar as situações mais relevantes que justificassem cuidados de conservação particulares de forma a preservar o essencial da informação que deles pode ser extraída.

Neste artigo apresenta-se uma breve descrição de alguns paramentos rebocados que sofreram um processo de intervenção distinto dos restantes com o objectivo de conservar o essencial da informação que deles pode ser extraída.

Um breve olhar sobre o convento

O convento está implantado numa encosta com declive acentuado, rodeado por vegetação e com uma panorâmica privilegiada. Desocupadas e ao abandono durante muito tempo, as estruturas foram-se degradando e algumas colapsando, a que se juntou um incêndio nas construções contíguas à igreja e que provocaram a sua ruína quase total (Fig. 1).

A igreja e o claustro estavam em condições de serem reabilitados, o que exigia obras de reforço estrutural e intervenção profunda sobre as superfícies. As construções são de alvenaria tradicional, com alguns apontamentos estruturais em pedra, como as colunas do claustro e os vãos de portas e janelas. A envolvente das construções é revestida com rebocos de cal.

Os elementos em pedra estão em razoáveis condições e foram mantidos sem intervenções significativas. Os rebocos estavam em condições muito diversificadas, mas existiam áreas muito significativas onde eles ainda estavam em condições de serem recuperados como parte integrante da obra. Esta pequena nota dá conta de algumas razões que motivaram a opção de conservar estes rebocos em vez de proceder à sua remoção e substituição.



Figura 1. Aspecto geral do convento de S. Paulo e pormenor da igreja com as estruturas de reforço emergencial colocadas após o incêndio.

Os rebocos antigos e o seu estado de conservação

Nos paramentos exteriores do claustro e na fachada principal da igreja (Figs. 1 e 2), os rebocos eram de datas muito remotas (eventualmente originais) e o seu estado de conservação permitia equacionar a sua manutenção, uma vez que apresentavam grande continuidade e a sua resistência ainda era bastante satisfatória.

O reboco do cunhal do lado norte da igreja tinha caído e a base estava bastante degradada e com perdas significativas. A restante fachada apresentava algumas pequenas lacunas, partes com fraca adesão ao suporte e fracturas, algumas das quais haviam sido colmatadas com argamassa em tempos recentes (Fig. 2). Na sua maior parte, a fachada da igreja e a generalidade dos paramentos exteriores do claustro eram, por isso, perfeitamente recuperáveis.

A nível de pormenor, os rebocos apresentavam uma forma de deterioração muito particular e generalizada a toda a extensão da fachada. Embora seja encontrado com frequência em rebocos de cal antigos, a sua extensão, regularidade e definição adquirem aqui uma expressão excepcional, sem paralelo na bibliografia consultada. Este padrão é reconhecível por uma série concêntrica de anéis alternados de maior e menor resistência, que se traduzem numa alteração diferencial por “vales” e “cristas” sucessivos (Fig. 3).



Figura 2. Aspecto dos rebocos dos paramentos exteriores do claustro e da fachada da igreja que foram definidos para serem conservados.



Figura 3. Aspecto de um trecho de parede com o padrão de erosão diferencial e pormenor de uma dessas áreas onde se identificam os anéis concêntricos de maiores e de menores resistências à deterioração.

Estas séries de anéis concêntricos são a manifestação macroscópica do processo de carbonatação dos rebocos de cal aérea, que se desenrola por uma sequência rítmica de reacção do anidrido carbónico do ar com o hidróxido de cálcio da argamassa com precipitação do carbonato de cálcio que confere a resistência final ao reboco. A precipitação rítmica é um fenómeno conhecido desde o século XIX e está abundantemente descrito em muitos domínios, como sejam a Geologia e a Biologia. É conhecido como “fenómeno Liesegang” e o resultado desse processo são séries de anéis vulgarmente designados como “anéis de Liesegang”.

Este fenómeno da precipitação rítmica foi descrito em laboratório na carbonatação das argamassas de cal [1, 2, 3] e a sua associação à explicação do padrão de erosão diferencial foi recentemente avançada, tendo alguns dos exemplos invocados sido extraídos dos conventos da Arrábida [4].

Alguns dos estudos de laboratório apontam a ocorrência destes anéis de carbonatação apenas nas argamassas confeccionadas com cal obtida com vários anos de maturação, condição que tradicionalmente era recomendada para obter cal da melhor qualidade e destinada aos fins mais exigentes. Estes anéis também podem ser encontrados em argamassas de qualidade inferior, mas os padrões encontrados tendem a ser mais mal definidos e menos generalizados.

¹ Cazalla, O., Rodriguez-Navarro, C., Sebastian, E., Cultrone, G. and De la Torre, M. J. - Aging of Lime Putty: Effects on Traditional Lime Mortar Carbonation. *J. Am. Ceram. Soc.*, 83 [5] 1070–76 (2000).

² Rodriguez-Navarro, C., Cazalla, O., Elert, K. and Sebastian, E. - Liesegang pattern development in carbonating traditional lime mortars. *Proc. R. Soc. Lond. A*, (2002) 458, 2261–2273.

³ Lawrence, R.M.H., Mays, T.J., Walker, P. and D'Ayala D. - Determination of carbonation profiles in non-hydraulic lime mortars using thermogravimetric analysis. *Thermochimica Acta* 444 (2006) 179–189.

⁴ Delgado Rodrigues, J. - Liesegang rings in differential deterioration patterns of lime mortars. *Journal of Cultural Heritage*, Vol. 21, Sept. – Oct. 2016, Pp. 819–822.

Nos paramentos do claustro e na fachada da igreja, os anéis existem de forma generalizada e com desenvolvimentos perfeitos (Fig. 4), o que sugere que tenham sido construídos com materiais da melhor qualidade e aplicados em condições teoricamente “perfeitas”. Esta observação, inserida no contexto aqui descrito, permite deduzir que os rebocos ainda existentes são de boa qualidade e que, após devidamente tratados, ainda estão em condições de satisfazer os requisitos de protecção para que foram inicialmente executados.

A prática, infelizmente muito generalizada, de remover totalmente os rebocos antigos e de os substituir por rebocos modernos conduz, com frequência, à eliminação de rebocos ainda perfeitamente funcionais e que poderiam ser reparados e conservados, à semelhança do que se faz com outros materiais encontrados nessas mesmas construções. No caso do Convento de S. Paulo, foi decidido manter as áreas de reboco que ainda tinham continuidade e expressão relevantes e que justificavam uma abordagem conservativa mais consentânea com a prática de conservação do património cultural.

Para além de ser uma acção de menor custo, a conservação destes rebocos permite preservar valores históricos e documentais de grande significado (Fig. 5), ilustrando o primado dos valores culturais imateriais nas abordagens de conservação do património arquitectónico.

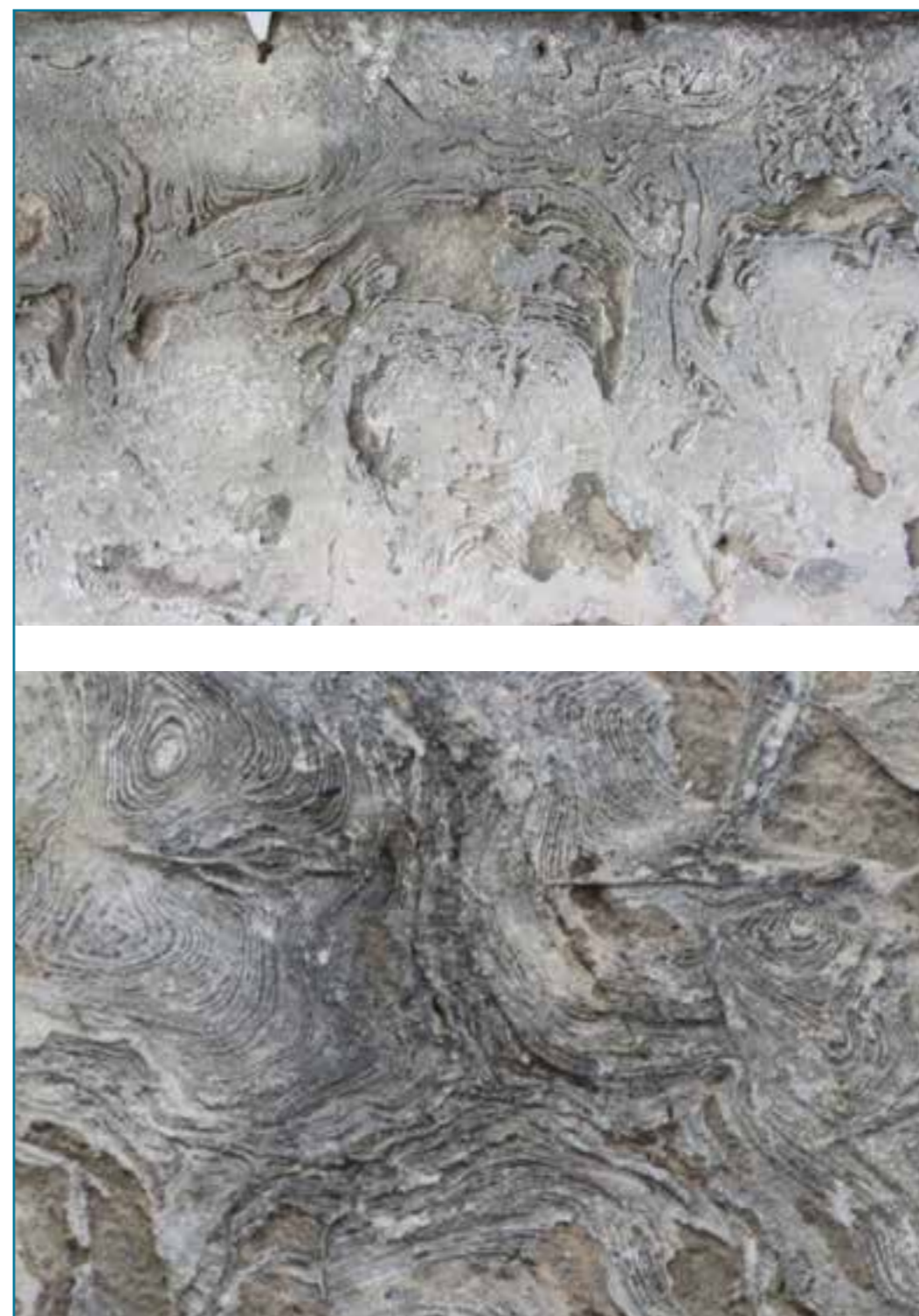


Figura 4. Pormenores dos anéis de Liesegang encontrados na fachada da igreja. Note-se a sua grande continuidade e a excelente definição da sua geometria.



Figura 5. Pormenor ilustrando as sucessivas fases da vida do reboco, com os anéis de Liesegang do reboco estrutural de base, o acabamento por barramento e algumas camadas de caiação de manutenção subsequentes.

Breves notas sobre a sua conservação

Apesar do bom estado de conservação geral, os rebocos apresentavam diversos problemas, nomeadamente lacunas de superfície, fracturas e empolamentos por desligamento do suporte. O empolamento traduz-se em situações de risco, pois ele antecede o destacamento e a perda total. Para identificar essas situações, foi sugerida a inspecção cuidada com percussão leve para detecção de chochos, devendo ser então feita uma injeção de calda apropriada para ligação do reboco ao suporte.

As fracturas aparentes e as lacunas do reboco são pontos de debilidade que propiciam o avanço da alteração, pelo que foi recomendado o seu tratamento cuidado (Fig. 6). Nestas operações apenas são autorizadas argamassas executadas com cal aérea para reduzir ao mínimo os riscos de incompatibilidade entre os antigos e os novos materiais. Pela sua reduzida dimensão e delicadeza, as lacunas localizadas nos anéis são de tratamento delicado, a exigir mão-de-obra especializada em acções de conservação e restauro.



Figura 6. Aspecto de uma fractura de grande desenvolvimento e de lacunas dispersas do reboco.



Pormenor de micro-lacunas associadas aos anéis de Liesegang onde as acções de colmatação exigem maior cuidado e rigor.

Caderno **0.4**

Quinta de S. Paulo – Sistema Hidráulico
Telmo Albuquerque Pina

Introdução

Por ocasião da escolha de tema para a elaboração de relatório de Trabalho de Fim de Curso de Arquitetura Paisagista, em meados dos anos 90, a proposta “Recuperação de Sistemas Hidráulicos Antigos – Convento de S. Paulo e dos Capuchos - Setúbal” desde logo me seduziu e mereceu a minha particular atenção. Após visita à propriedade com o Engº José Manuel Mascarenhas, meu orientador do estágio e professor assistente no Instituto Superior de Agronomia, não tive qualquer hesitação em abraçar este projeto e, literalmente, por mãos à obra e começar desde logo a “vasculhar” património tão ancestral quanto rico em diversidade, em constantes surpresas que a curiosidade descobria, num ambiente tranquilo com magníficas vistas para a envolvente.

Muito embora o entusiasmo inicial fosse enorme, as dificuldades para o estudo deste sistema hidráulico foram recorrentes e constantes. Face ao abandono a que grande parte desta propriedade ficou votado, com a conseqüente inexistência de práticas culturais de manutenção, o crescimento natural da vegetação conduziu à previsível invasão de caminhos, terrenos agrícolas e estruturas,

assim como à destruição de inúmeras estruturas hidráulicas devido ao excessivo crescimento radicular de algumas árvores e à queda de outras por necrose.

Tão importante como a existência de água para a escolha da localização dos conventos na Serra dos Gaiteiros, foi determinante a sua abundância para a criação das condições que permitiram a criação de uma paisagem fértil de vegetação e de ótimas árvores de fruto e também a sua qualidade, que desde tempos longínquos lhes valeu fama devido às suas qualidades miraculosas.

Esta abundância de água, imprescindível para consumo doméstico e de regadio, foi também importante na sua função estética e lúdica, bem evidenciada nas fontes e casas de fresco como locais de repouso e meditação, no efeito acolhedor e retemperador do murmúrio da água correndo nas caleiras - que muitos autores bem enfatizam nas suas descrições deste local - e ainda pela possibilidade de formação de uma vegetação luxuriante que abraçou e integrou harmoniosamente a estrutura dos edifícios na paisagem.

Perante a degradação já referida das estruturas hidráulicas e sem a possibilidade de uma intervenção de limpeza geral da vegetação, tornou-se necessário um atento e demorado trabalho de campo por forma a conseguirmos um levantamento o mais completo possível das estruturas hidráulicas existentes, situação ainda mais agravada pelo facto de algumas partes desse sistema se encontrarem danificadas, enterradas ou simplesmente desaparecidas, restando por vezes apenas vestígios de difícil entendimento quanto à sua correta integração no sistema.

Como complemento ao trabalho de campo, recorremos ao auxílio da cartografia disponível onde constassem levantamentos de estruturas existentes, tendo estas sido identificadas em carta síntese que viria a servir de base para a incorporação das várias estruturas identificadas no trabalho de campo.



Fotografia aérea de 1950

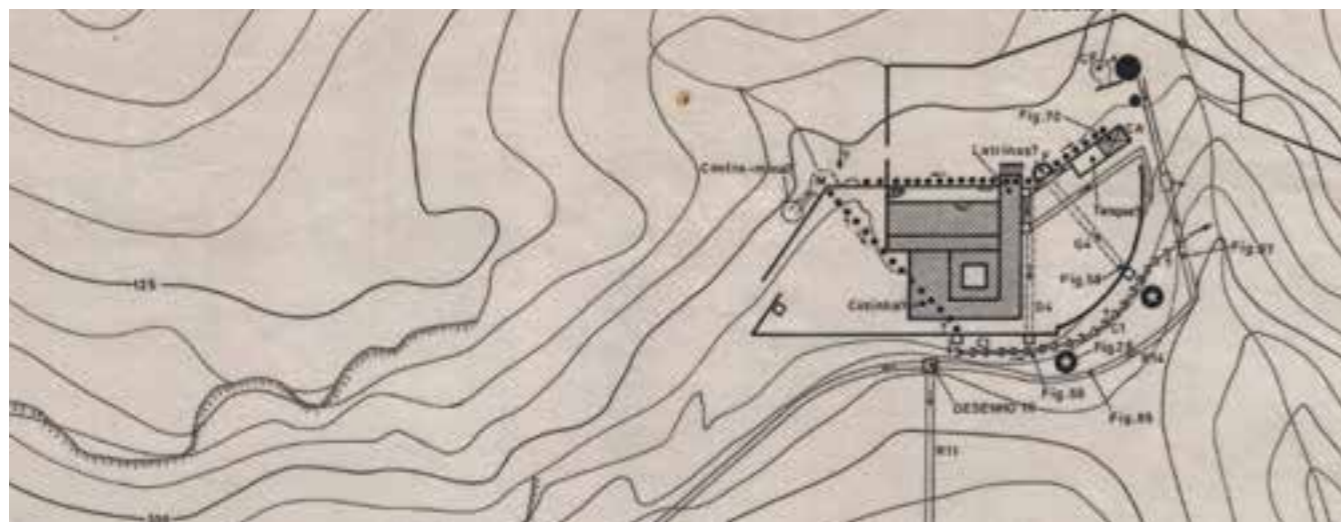


Fotografia aérea de 1989

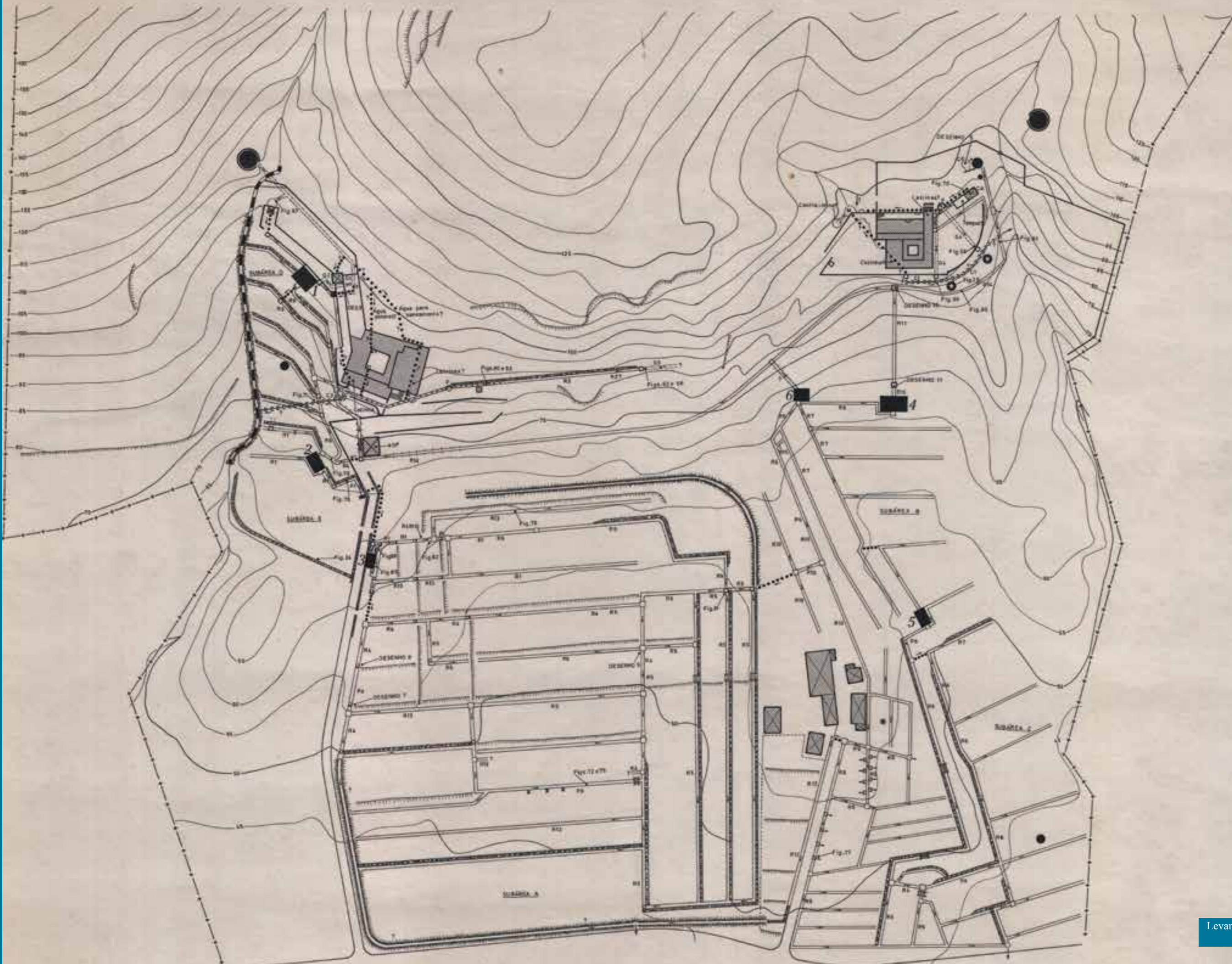
É importante pensar neste sistema hidráulico como estando interligado, muito embora tenha sido constituído primitivamente por dois sub-sistemas independentes, pertencentes a dois conventos de ordens diferentes (Convento de S. Paulo, fundado em 1383, e do Convento dos Capuchos, fundado em 1578), cujo crescimento terá sido gradual e em função das possibilidades e necessidades de cada período. Os reajustes na estrutura, seja para ampliar a área de regadio ou melhorar a eficiência de rega, seja para a manutenção das estruturas danificadas, levou ao aparecimento de diferenças nos materiais de construção utilizados, em particular nas regadeiras e caleiras, que assinalam as diferentes épocas em que foram utilizados.

Depois de feito o reconhecimento e levantamento das estruturas existentes no terreno, por estarem intactas ou pela presença de vestígios “in situ”, seguiu-se a elaboração de um esquema, o mais completo possível, do percurso ligado ao transporte da água, com destaque para os locais de captação, retenção, transporte caleira a caleira e descarga no sistema de drenagem. Devido ao avançado estado de degradação de muitas destas estruturas, algumas propostas de funcionamento são apenas hipotéticas, uma vez que só a realização de trabalhos de limpeza e escavação poderia melhor definir tal sistema e esclarecer determinadas lacunas.

O estudo do funcionamento deste sistema ficou facilitado pelo pressuposto, confirmado no terreno, de que este sistema hidráulico funcionava unicamente por gravidade, pelo que bastaria identificar os seus locais de retenção, e o percurso percorrido entre eles, para se perceber o essencial da orgânica do sistema.



Pormenor do levantamento do sistema hidráulico

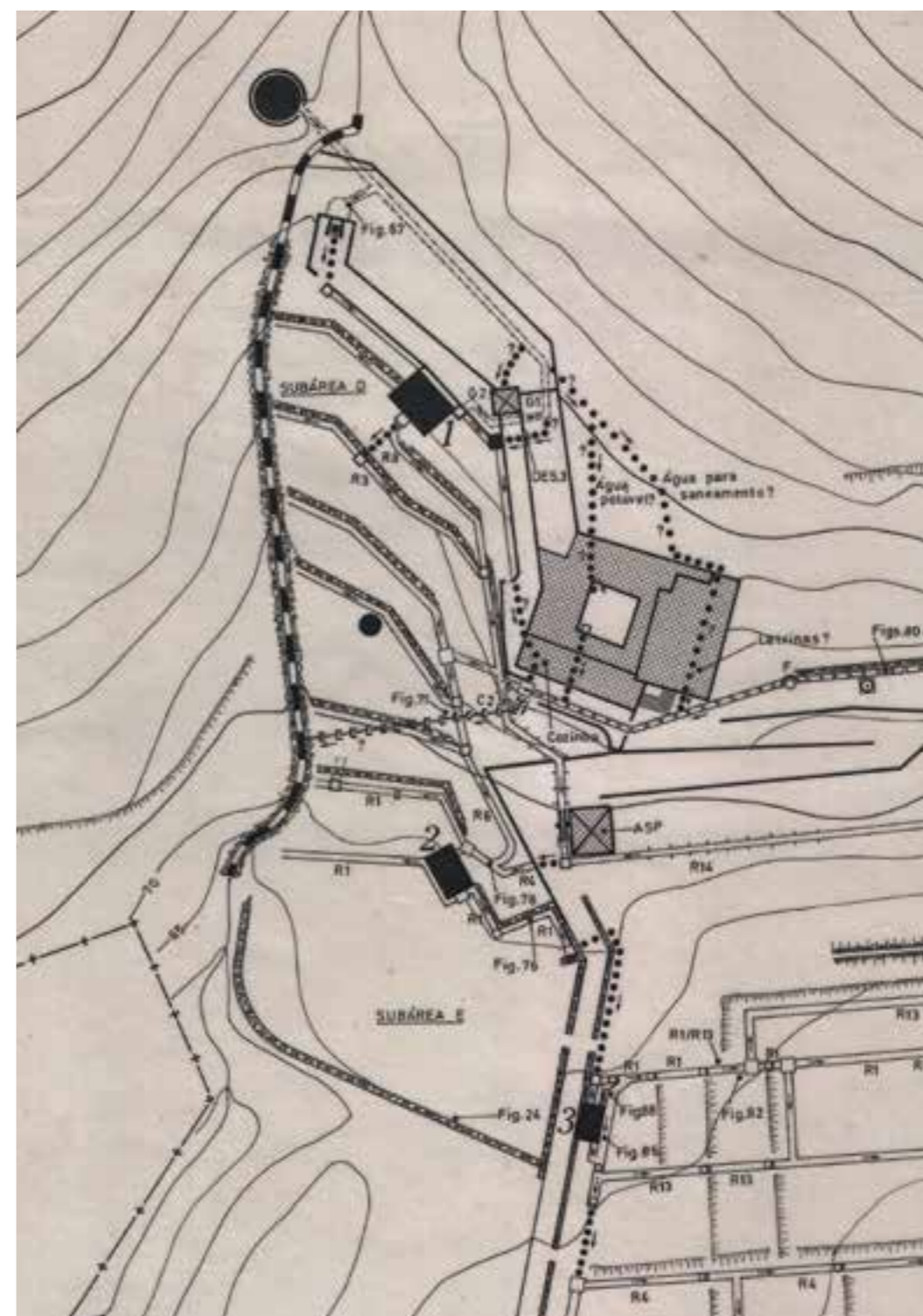


Levantamento do sistema hidráulico

A captação de água

A água do convento de S. Paulo era captada por uma nascente existente junto ao seu limite montante, com provável “recarga subterrânea” de uma estrutura existente a NO, logo a seguir à linha de água, com cerca de 10m de profundidade por 10m de diâmetro, que pelo seu formato nos pareceu funcionar como uma cisterna. Depois de captada, a água era conduzida por galerias e distribuída em função da sua utilização:

- Descarregada no tanque/reservatório mais a montante (tanque 1) e de maiores dimensões para regadio de áreas de citrinos e (eventual) funcionamento da azenha;
- Adução à Fonte da Mina, Capela da Fonte Santa, nicho junto à mesma fonte e, hipoteticamente, ao claustro do convento;
- Alimentação do sistema para saneamento do edifício conventual, onde existiriam as latrinas.
- A adução de água potável ao convento seria proveniente de uma captação de mina existente no Convento dos Capuchos, sendo conduzida através de galeria que penetrava na encosta e desembocava numa caixa de água, sendo então lançada numa caleira que corria na base de um muro e que a transportava até à frente do Convento de S. Paulo. Não sendo possível percorrer o interior da galeria para confirmar esta situação, coloca-se também como possibilidade a existência de uma nascente na encosta entre os dois conventos, que captava a água e a transportava através de galeria para a referida caixa de água, hipótese esta que explicaria melhor tão ancestral construção, sem que para tal fosse necessário “negociar” a partilha dessa água entre as duas congregações. Se bem que este sistema de adução de água potável seja visível, muito provavelmente a ancestral proveniência seria a captação da nascente existente a NO do convento, que em determinada data teria ficado inutilizada, possivelmente em resultado de deposições calcárias que terão entupido o seu sistema de condução em manilhas de cerâmica.



Pormenor do sistema de captação de água do Convento de São Paulo

O esquema de captação de água relativo ao Convento dos Capuchos tinha aspetos semelhantes ao de S. Paulo, embora existissem pelo menos três nascentes no seu perímetro.

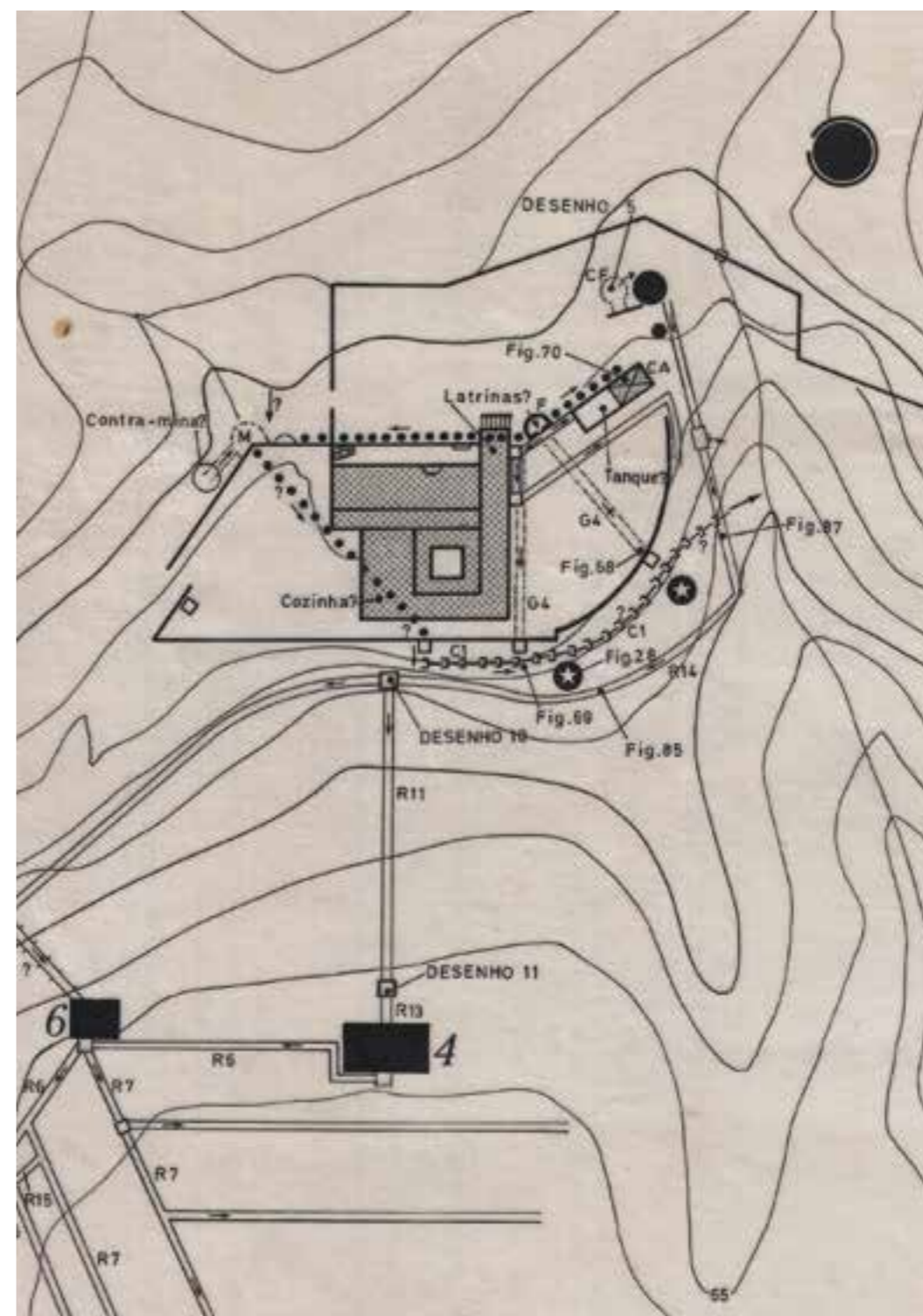
Uma dessas nascentes, existente na casa de fresco, descarregava toda a água em excesso para o poço junto à mesma, funcionando como “recarga” desse aquífero.

Existia também neste convento um poço/cisterna do outro lado da linha de água, tal como no Convento de S. Paulo, que poderia ter como finalidade ceder água por drenagem subterrânea para alimentar igualmente o aquífero do poço durante o período estival.

Posteriormente, foi feita uma última fonte ou chafariz que captava a água proveniente de outra nascente, cujos destinos seriam o interior do convento através de conduta que corria na base do muro e culminava em nicho rebocado onde desembocava uma pequena tina, para uso doméstico, para adoção à “casa dos alguidares” e a água excedente conduzida à grande caleira com destino à área de regadio, a jusante. A existência de uma conduta em manilhas de cerâmica, perto desta fonte, pode sugerir que a sua função fosse o encaminhamento da água excessiva para a caleira de rega ou, na hipótese de receber água suja proveniente das latrinas do convento, esta seria provavelmente descarregada na linha de água.

Das poucas referências encontradas acerca deste sistema hidráulico, Almeida de Carvalho dá-nos o testemunho, em 1970, de uma datação respeitante à construção desta fonte ou chafariz, relativa a uma verba solicitada para esse efeito:

“Filipe III de Espanha, por diploma régio de 13 de Maio de 1606, ordenava que a Câmara de Setúbal concedesse aos padres do mesmo convento 200\$00 rs. para aplicarem esta quantia à construção de uma fonte ou chafariz, que queria fazer da parte de fora do convento”.



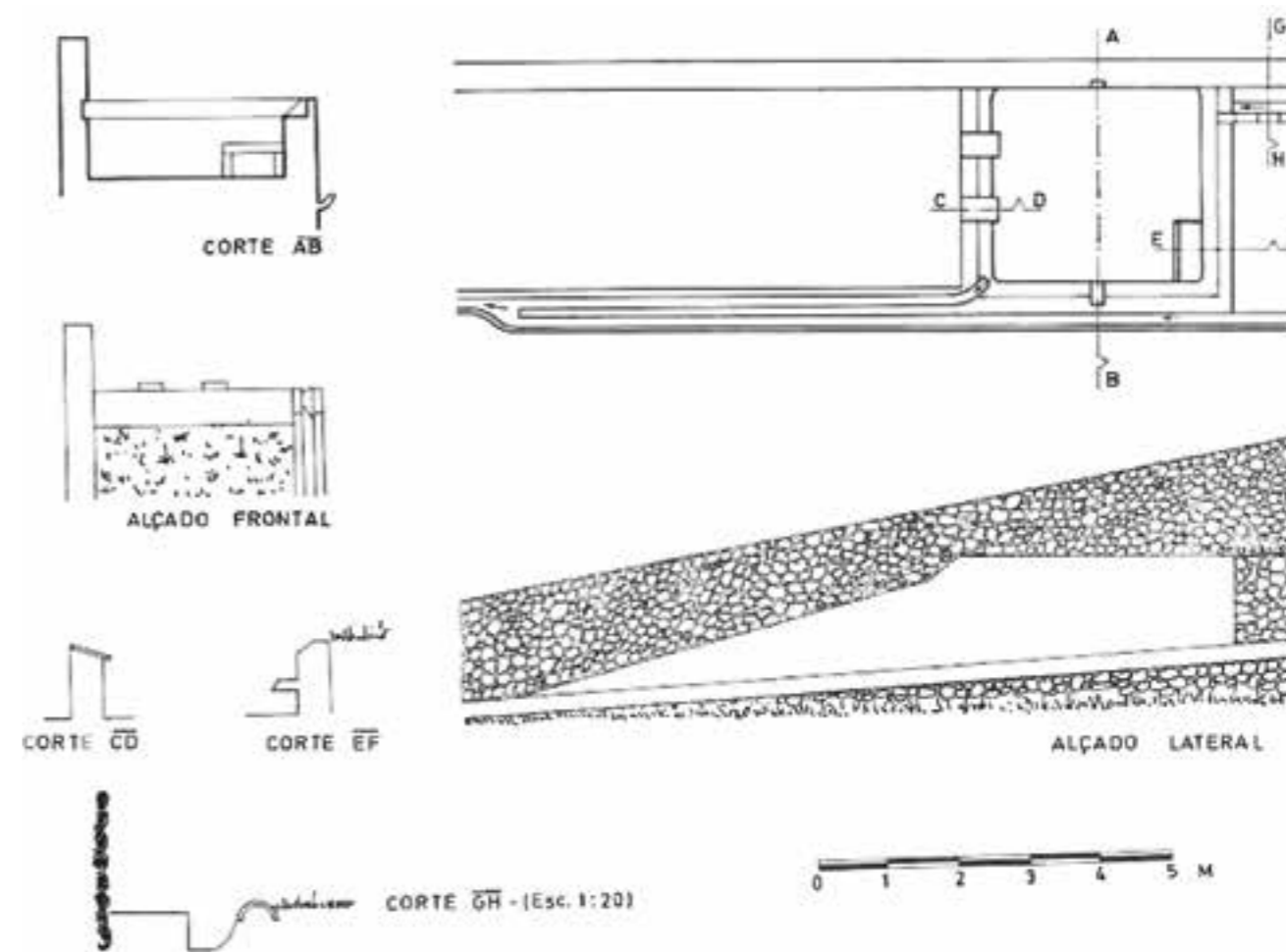
Pormenor do sistema de captação de água do Convento dos Capuchos

A retenção de água

Esta função era assegurada por tanques que se localizavam estrategicamente junto a áreas de regadio e, eventualmente, também por poços/cisternas escavados na encosta e que captavam água no período húmido para que durante o período estival funcionassem como uma recarga, por drenagem subterrânea, das nascentes de minas e poços.

Os tanques situados mais a montante tinham, compreensivelmente, uma maior capacidade de retenção, uma vez que aqueles localizados mais a jusante seriam responsáveis por regar áreas progressivamente menores, diminuindo, por conseguinte, o volume de água necessário para satisfazer essas necessidades. Parece evidente que os tanques situados mais a montante, localizados mais próximos dos conventos, tenham sido os primeiros a ser construídos, seguindo-se aqueles que se localizavam progressivamente mais a jusante.

Observando o tipo de construção e materiais utilizados, pensa-se que os três tanques de maiores dimensões (tanques 1, 2 e 4) e mais próximos dos dois conventos constituíram o primeiro sistema de regadia da Quinta de S. Paulo, seguindo-se os outros tanque que apresentavam pormenores de construção diferentes dos anteriores, mas semelhantes entre si, que vieram certamente responder a outro tipo de necessidades, tais como o aumento da área a regar, aumento da eficiência de rega e outras relacionadas com funções mais domésticas, como a utilização para lavagem de roupa.



Planta, corte e alçado do tanque 3

A distribuição da água

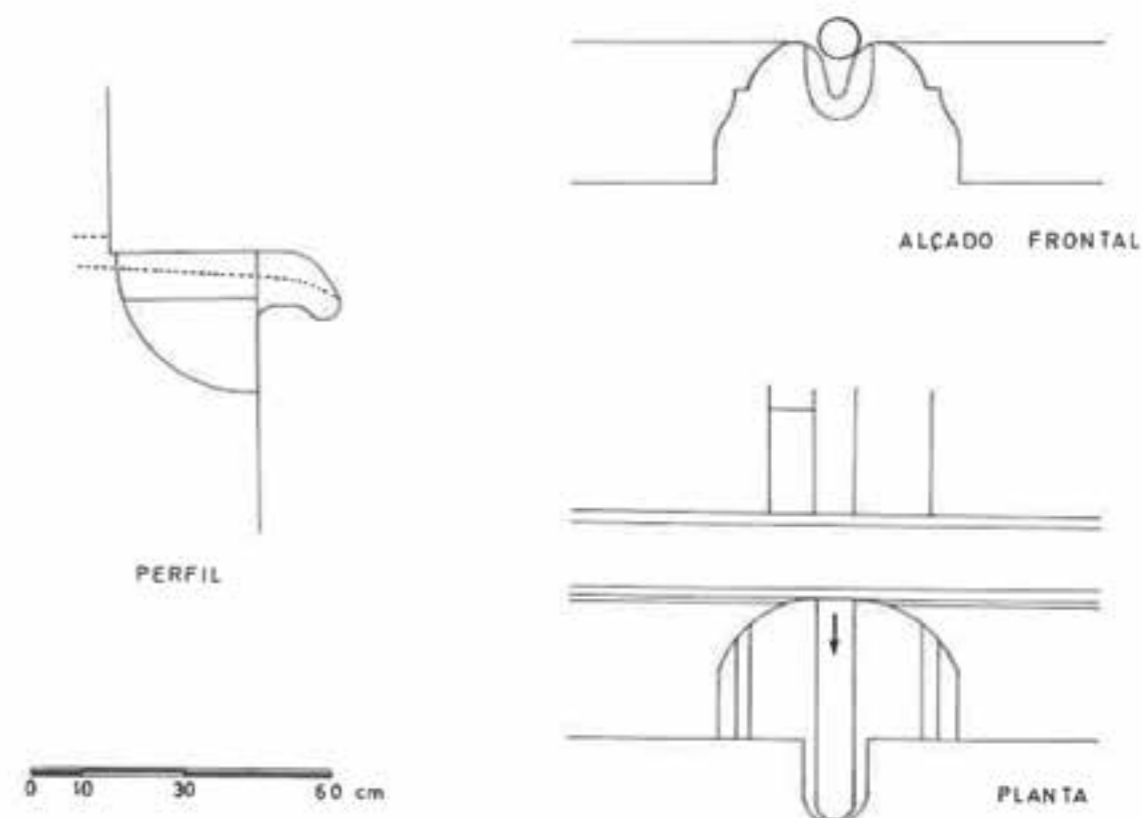
Este sistema de regadio apresentava alguns aspetos característicos, tais como a sua distribuição numa estrutura de eixos perpendiculares, por forma a adaptarem-se perfeitamente à modelação dos socalcos no terreno, com desníveis entre diferentes socalcos em direções diferentes, o que conduziu à necessidade de construção de vários poços de descida para uma adequada adaptação à morfologia do terreno.

Não havendo um sentido unidirecional do transporte da água – a água entra no sistema de distribuição pelos seus extremos, proveniente do sistema de retenção de S. Paulo e sistema e retenção dos Capuchos, e também pela necessidade de adaptações localizadas em função do microrelevo de cada socalco -, houve a necessidade de se criarem “interfaces” para uma gestão eficiente e funcional desta distribuição de água pluridirecional: foram criadas caixas de distribuição ou junção que passaram a integrar o sistema hidráulico. Algumas destas caixas, mais fundas em relação à cota saída da água, tinham como função reter os depósitos de areias que esta transporta, sendo por isso denominadas desarenadores.

A distribuição da água era assegurada por caleiras, regadeiras, galerias e condutas em cerâmica ou metálicas, que se poderiam apresentar enterradas, à superfície, cobertas ou a céu aberto. Os materiais de construção eram muito semelhantes, embora apareçam pontualmente materiais mais modernos, em resultado de operações mais recentes de manutenção.

As galerias eram constituídas por paredes de alvenaria de pedra e/ou tijolo, com cobertura formada por duas lajes oblíquas em pedra calcária, para melhor resistirem á força de compressão do solo que as cobria.

Sob o terreiro do Convento dos Capuchos, aparece uma tipologia diferente de cobertura da galeria, formada por lajes em tijoleira e dispostas de uma forma particularmente carac-



Planta, corte e alçado da bica de entrada do tanque 4

terística. Esta cobertura é bem mais frágil do que aquelas em lajes de pedra, uma vez que se localizam próximas da superfície, não lhes sendo por isso exigida grande robustez.

Algumas das galerias maiores ruíram devido à falta de manutenção, o que inviabilizou um conhecimento mais completo da sua funcionalidade por não ser possível percorrermos o seu interior.

As condutas em cerâmica identificadas parecem ter uma expressão reduzida, tendo como função o transporte de água para consumo doméstico, saneamento de águas sujas e como tubo de queda de alguns poços de descida de caleiras ou regadeiras. Os materiais de cerâmica encontrados apresentam algumas diferenças na estrutura e forma, o que indicia diferentes finalidades ou épocas de construção.

As regadeiras e caleiras apresentam uma estrutura tipo em alvenaria de tijolo, com o capeamento do fundo e muretes laterais do canal de água em tijoleira ou telha curva, com reboco em argamassa, em parte ou na totalidade da sua superfície.

Nas regadeiras, os orifícios de rega eram em manilhas de cerâmica e mais tarde passaram a ter uma abertura até à superfície; os métodos de controlo do volume e caudal de água não são conhecidos, embora algumas opiniões sugiram que eram colocadas rolhas nas manilhas de cerâmica e terra ou trapos nas aberturas de superfície. De referir que estas saídas de rega estão afastadas 4 a 4.5m entre si, que era aproximadamente o espaçamento de alagamento utilizado nas plantações de citrinos.

Não foram encontrados nas regadeiras quaisquer sinais da existência de controlo de débito, o que indicia que este não era sistema de regadio com grande eficiência, embora fosse, como tudo indica, extremamente eficaz.

Do que resta da antiga azenha de S. Paulo, constatámos que a roda hidráulica se localizava na fachada SO e que o seu funcionamento deveria exigir a adução de água por

gravidade, o que implicava que esta deveria vir de montante, ou seja, da frente do Convento de S. Paulo, em caudais regulares e constantes. Não havendo vestígios do seu original funcionamento, aventámos como hipóteses mais prováveis que a água proveniente da mina dos Capuchos, que corria na já referida caleira na base de um muro, saindo depois por uma caleira coberta com lajes de pedra que se dirige para a frente do Convento de S. Paulo, poderia ser encaminhada para estrutura suspensa (aqueduto?) que descarregaria a água sobre a roda hidráulica. Como alternativa ou em complemento a esta situação, poderia o tanque localizado mais a montante (tanque 1) contribuir com reforço dos caudais de águas para o funcionamento da azenha, uma vez que a diferença de cotas entre as várias estruturas referidas permite essa possibilidade.

Sistema de drenagem

Face ao clima caracterizado por concentrações das chuvadas, normalmente de elevada intensidade e forte poder erosivo, aumentado pelos elevados declives das encostas assim como pela natureza litológicas das serras da cadeia arrábica, as preocupações com a drenagem assumiram particular importância.

Todas as áreas construídas ou naturais que integravam a propriedade dos dois conventos eram drenadas para os talvegues laterais aos conventos, existindo na encosta que os separa canais de saneamento (regos) para a condução da água de escoamento superficial que culminava num grande canal em pedra que rematava a montante o perímetro do grande pomar de citrinos, o que evitaria o alagamento destas áreas produtivas quando ocorriam enxurradas. A jusante de todo o sistema hidráulico existia uma outra vala drenante, igualmente em pedra, que recolheria toda a água em excesso, de rega ou drenagem, conduzindo-a a um talvegue já fora desta propriedade.

Curiosamente, a água não corria livremente ao longo dos talvegues laterais aos conventos. Junto ao Convento de S. Paulo a água era canalizada e conduzida para jusante através de galeria de drenagem. A linha de água era empedrada à superfície e intercetada a espaços por pequenos muretes/açudes com a função de diminuir a velocidade de escoamento da água e, conseqüentemente, diminuir a capacidade erosiva das torrentes nos períodos chuvosos ou até para funcionar como pequenos reservatórios temporários para apoio ao regadio. No talvegue junto aos Capuchos, no local onde era intercetado pela cerca do convento, foi construído um pequeno túnel empedrado para permitir a passagem da água, parecendo-nos que essa estrutura poderá ter tido também outras funções, deixando-se como hipóteses eventual controlo do débito, açude ou mecanismo de limpeza da água de escoamento.

Com as intervenções de recuperação do património construído da Quinta de S. Paulo atualmente em curso, exemplarmente assumidas pela AMRSetúbal, estão criadas as condições para um projeto de intervenção mais ambicioso e que possa vir a considerar intervenções ao nível das potencialidades que este espaço oferece, dos quais destacamos a sua qualidade cénica e paisagística, percursos/trilhos pedonais que permitam a descoberta dos vários pontos de interesse a visitar, criação de alguns espaços para recreio e estadia, recuperação da estrutura vegetal e, evidentemente, recuperação dos principais elementos da estrutura hidráulica, por forma a conseguir-se revitalizar as nascentes, fontes, casa de fresco, casa dos alguidares e azenha, assim como reabilitar a estrutura principal de condução de água de modo a permitir a adução a todos os tanques, o que poderia então viabilizar a recuperação do sistema de rega tradicional de alguns setores servidos por caleiras e regadeiras, o que possibilitaria a reintrodução dos pomares de citrinos nesta propriedade.

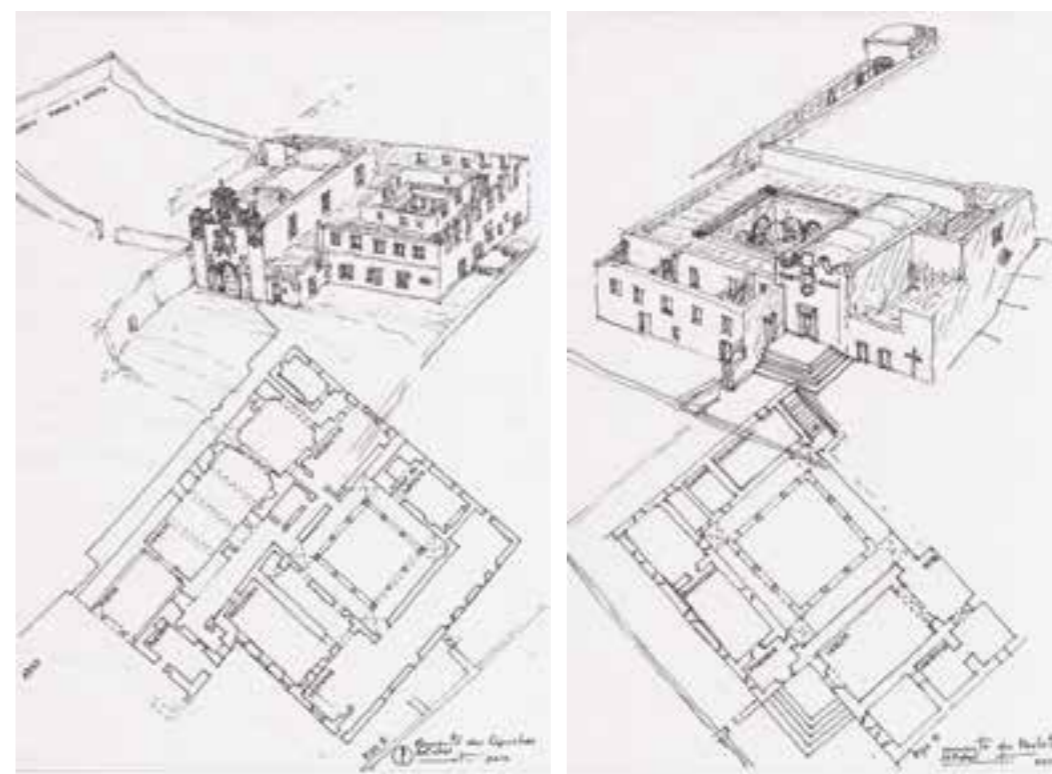
Caderno **0.5**

Conventos de São Paulo e Capuchos
Relatório Diagnóstico - 2011
Victor Mestre e Sofia Aleixo

5. Aos Capuchos. - Tomam-se as estr. De Palmela (p. 668) ou Azeitão (p.671), até ao entroncamento do Rio Figueira, e de aí sobe-se através de olivais, laranjais, hortedos e campos de pastagem. A certa altura a Quinta dos Bonecos, onde, em 1866, pertencendo a propriedade aos O'Neills, esteve hospedado o célebre escritor dinamarquês Andersen (p.11, n.º 1).

Nos Capuchos as ruínas dum antigo mosteiro de monges arrábidos fund. Em 1333, reedif. E ampliado em 1578 por D. Estêvão da Gama, filho do 1.º conde da Vidigueira e neto de Vasco da Gama. Os azulejos da igr., muito interessantes, têm desaparecido a pouco e pouco. Vistas para o Sado, Setúbal, Brancanes, serra do Viso, e os laranjais que deste ponto vão até à cidade.

A O. e um pouco acima dos Capuchos, com uma linda mata de pinheiros mansos, a quinta de S. Paulo, no local de outro convento (da N.ª S.ª da Conceição), fund. Em 1393. «É um dos mais pitorescos arrabaldes desta terra, com grandes pinheiros mansos monumentais e água corrente, vinda da serra, serpenteando pelos pomares. A mata é um mimo de frescura, e as heras, trepando pelas árvores antigas, dão a tudo o aspecto duma mocidade que não morre nunca. No dia em que o turismo regional tiver um roteiro, S. Paulo será, fatalmente, visitadíssimo.» (Adelino Mendes). Na capela da quinta azulejos de albarradas. As laranjas de S. Paulo são as mais saborosas de Setúbal. (Amaral, 1924: pp. 664-665)



Esquissos de Victor Mestre, Convento de São Paulo e Convento dos Capuchos



“Serra de São Paulo” – A Oeste Convento de São Paulo
A Leste Convento dos Capuchos

O sítio dos conventos - a serra, a várzea, o mar

A cordilheira que começa no esporão de Palmela e se forma em direcção ao Ocidente, como um longo “dorso” adormecido até onde nasce a Arrábida, para mais à frente, envolta num denso manto verde, se precipitar sobre o oceano, constitui um lugar único de beleza ímpar. Esta graça da Natureza emoldura a distendida várzea de Setúbal em toda a frente do Sado. Na outra margem, Tróia, uma frágil península que se “move” consoante a força dos ventos, ainda que cada vez mais artificializada pela fixação das dunas nas impiedosas fundações das antigas e actuais construções, caminhos e estradas iniciados nos anos 60 do século XX. Em tempos antigos, os romanos fixaram-se nesta península, iniciando a produção de pasta de peixe, construindo uma imensa fábrica cujos vestígios ainda hoje persistem.

Do Castelo de Palmela podemos admirar uma paisagem, sem limite, de Lisboa a Sintra e vale do Tejo, aos montados que ainda ousam chegar perto de tantas suburbanidades dispersas e abruptas no seu contacto com a ancestral continuidade do solo agroflorestal.

A Sul a várzea que até meados do século XX se encheu de laranjais e brisas de aromas das flores que se transformavam em doces laranjas da “Baía”, ou seja, da baía de Setúbal. A Sul “a cidade – modelo” de urbanismo tardo-medieval português, com a sua Rua Direita, a Rua dos Mercadores e toda a estrutura política e urbana hierarquizada a partir do centro económico e religioso. O seu termo era definido pelos conventos e respectivas cercas, bem como por algumas quintas e casais rurais de produção.

A Sul o mar, razão de ser da cidade ribeirinha com os seus estaleiros, artesãos e artífices de seculares mesteres. O buliço da cidade ribeirinha ocorria entre a praia, os varadouros e estaleiros improvisados e os pequenos largos da cidade adentro, depois de passar as primeiras ruelas perpendiculares à praia.

A rua paralela à baía junto à praia é coisa recente, do século XX já avançado. Foi como se a cidade tivesse sido virada, deixando a ruralidade a Norte e o centro suspenso para ganhar o tempo “moderno” do advento dos banhos de mar a par da expansão dos portos e respectivos edifícios complementares. “A avenida do passeio público”, ficou entretanto a mediar a cidade tradicional e a frente marítima que entretanto se foi afastando em sucessivos aterros (des) ligados dos ancestrais caminhos cada vez mais apropriados pelos veículos motorizados.

Com o tempo, na transição entre séculos e sobretudo a partir de meados do século XX, a cidade expandiu-se absorvendo conventos, capelas e igrejas outrora isolados, com especial destaque para o Convento de Jesus, uma preciosidade da arquitectura quinhentista portuguesa. Este convento constituirá a pedra fundadora da erudição artística e arquitectónica da cidade de Setúbal; nele residirá a esperança da transformação sócio-cultural desta cidade a par de outros monumentos e edifícios incontornáveis na paisagem setubalense como o Forte de São Filipe, mas também a moderna arquitectura dos edifícios do Porto de Setúbal do arquitecto Paulo Cunha ou o espartano e harmonioso edifício da Segurança Social, da autoria do arquitecto Raul Chorão Ramalho que, como um imenso convento, refunda um lugar urbano de elevada qualidade plástica, ambiental e funcional.

O termo e arredores de Setúbal constituem hoje uma dispersão de acontecimentos soltos desligados com vias rápidas a acentuar a desqualificação da paisagem.

Repensar esta cidade é urgente, não excluindo partes mas, precisamente, incluindo e ligando-as através da rápida unificação de estruturas isoladas entre si, de modo a humanizar espaços inóspitos, inabitáveis, insalubres e segregados da vida dos vizinhos.



Quinta de São Paulo, Setúbal e o Mar – vista do adro do Convento de São Paulo

Agregar e promover o encontro social, através do retorno às actividades da terra, repor a várzea a produzir em pequenos negócios e ou integrando hortas urbanas para potenciar o convívio e a troca de produtos e experiências, poderá mudar positivamente não só a paisagem como a vida dos setubalenses. Ambos poderão constituir uma significativa possibilidade para aumentar a compreensão e a admiração da comunidade local pela riqueza esquecida, por vezes desprezada do património ecológico excepcional de que poderá desfrutar.

Num tempo antigo as cercas dos conventos funcionaram como celeiros da comunidade monacal; nos tempos imediatos surgiram as quintas; no tempo actual faz de novo sentido o retorno à pequena e média produção para as comunidades organizadas de vizinhos ligando a cidade ao campo e vice-versa, assegurando ainda a formação e manutenção de corredores verdes contínuos até ao centro da cidade, onde a biodiversidade se instala ou aumenta com largas vantagens para a qualidade de vida dos cidadãos.

Da urbanidade histórica ribeirinha às cercas antigas de conventos, quintas e casas rurais, passando pelas “terras de ninguém” da cidade fragmentada da várzea até aos conventos da meia encosta, respectivamente os Conventos dos Paulistas e Capuchos, entende-se a grande unidade paisagística.

Reabilitar estes dois conventos será não só um gesto piedoso para com tão importante património arquitectónico, mas sobretudo uma oportunidade de pensar o território, a paisagem e o modelo de desenvolvimento para a cidade de Setúbal.

A cidade contemporânea é hoje, garantidamente, um conjunto de fragmentos pulverizados num território irregular, de fronteiras ténues e difusas, não só em termos geográficos e físicos mas também humanos nas suburbanidades. A estratificação social será hoje, em muitos casos, mais evidente do que em muitos períodos anteriores ocorridos na era pós-in-

dustrial, dentro dos próprios núcleos históricos ou tradicionais.

Setúbal, com as suas particularidades de cidade portuária e industrial em contra-ciclo económico, revela-nos todas essas fragilidades com destaque para o campo sócioeconómico, com profundas consequências na área sócio-cultural. A desagregação de um determinado tecido social por parte do desígnio colectivo aqui reflectido na tradição fabril, abriu brechas profundas na coesão social, no equilíbrio e nas dinâmicas da comunidade. A um tempo de sofrimento de disfuncionalidade sócioeconómica, tradicionalmente emergirá um novo período, sobretudo uma nova esperança que reagregue, que potencie estabilidade social, económica, cultural e emocional em harmonia com a envolvente, seja esta construída, espaço aberto urbano, rural sem uso ou produtivo.

A cidade regenerada tende a procurar, física e socialmente, novos locais para novas actividades, novas formas de relacionamento e mesmo novas oportunidades na criação de emprego. Uma sociedade transversal às formas espontâneas e planeadas que conduziram à estratificação social das últimas décadas e respectivos desligamentos entre si, a cidade histórica e os lugares da tradição, tenderá a superar-se pela capacidade mobilizadora das comunidades de vizinhos em geral e da força indutora de “alguém” em particular, com ou sem os poderes institucionais envolvidos. A sociedade civil tende a emergir e, em complemento ou em alternativa à sociedade organizada nos padrões sóciopolíticos correntes, responder aos seus anseios e as suas reais necessidades.

Por vezes, algumas soluções para os problemas procuram-se e propõem-se no seio da comunidade, de modo a despoletar interesse, discussão e partilha de ideias de conceitos e resultando em propostas.

O património arquitectónico, histórico, arqueológico, paisagístico, artístico, só se protege se for compreendido, se interessar e/ou pertencer à comunidade, fazendo parte

das suas rotinas ou de algum modo, integrar-se nos afectos de referência. A tudo isto se poderá chamar estima pública, ou seja salvaguarda por parte da comunidade que vê num determinado objecto, espaço, edifício ou outro qualquer testemunho como algo que de forma concreta e ou abstracta é parte indissociável da sua existência sócio-cultural.

A dificuldade estará no entrosamento de todos os intervenientes no(s) processo(s), considerados oportunos, valiosos, na capacidade organizativa e mobilizadora da comunidade que mesmo quando solicitada, reage de forma pouco expressiva, concreta e, conseqüentemente com resultados insuficientes, incoerentes, não raramente ficando a um passo da desmobilização. Tal situação tem caracterizado, salvo honrosas excepções, a última década. Hoje em dia não existirá um tema, uma causa, um objecto a proteger, a salvaguardar, a transformar per si. Actualmente a(s) soluções tenderão a resultar a partir da capacidade de agregar vários “itens”, por vezes distintos entre si mas que no conjunto, configuram uma ideia, um programa, um resultado, com largos benefícios em diversas frentes, da cultural à económica, da social à política.

“Mas ambas as serras são também zonas de separação e de passagem: a verde e nebulosa Sintra é o limite atlântico da região; a calcária e soalheira Arrábida é já um fragmento do Mediterrâneo. Dos seus pontos altos, dominam-se esplêndidas paisagens de mar e terra, onde se sucedem a perder de vista os sucessivos recortes de uma costa imensa.”
(Mattoso, Daveau, Belo, 2010: p.508)



Claustro - do Convento de São Paulo

***Diversidade e complementaridade
entre conventos.***

***Para melhor servir a cidade,
a comunidade, o cidadão.***

O estado “volátil” em que a actual sociedade se encontra, resultado de políticas errantes, sem desígnio, sem brilho, mergulhada numa cinzenta globalização europeia, parece ter anestesiado os valores regionais e locais e respectiva cidadania activa.

Abrir estes dois conventos à comunidade parece-nos à partida algo não só amistoso como auspicioso enquanto objectivo. Mas não é suficiente! Importará fazê-lo com critérios perfeitamente claros ainda que os seus usos possam não estar definidos. Ou seja, consideramos oportuno criar condições mínimas para uma primeira etapa experimental e só num período posterior “ensaiar” usos mais precisos, mais articulados entre convento(s) e a cidade.

A “inventar” nesta fase, “programas fictícios” para os conventos, quando não se tem um objectivo concreto, uma opção, um uso, uma necessidade e/ou uma oportunidade económica, política, cultural e/ou outra, é um risco, se não mesmo uma precipitação com consequências económicas e quiçá patrimoniais, potenciadores de danos irreversíveis e inúteis.

A incontornável valia patrimonial parece-nos evidente como também a necessidade de estancar a contínua degradação assim como, e em complemento, se torna evidente a necessidade de implementar uma estratégia planeada a médio/longo prazo para a sua reabilitação mínima.

O tempo actual é de escassez de recursos financeiros, de uma certa saturação de programas replicados em edifícios que pouca gente procura e usufrui, com o conseqüente abandono, após avultados investimentos, contínuos gastos em manutenção, constituindo-se em testemunhos do que não



Claustro - do Convento de São Paulo

se deve fazer. E, apesar do mérito de algumas recuperações, reabilitações que permitiram que os monumentos permanecessem num novo ciclo para as futuras gerações, ficaram estas também com os encargos e as dificuldades da implementação de um uso qualificado e sustentável. Certamente que não apelamos ao imobilismo, muito menos ao abandono, contudo procuramos propor pequenos e assertivos passos de modo a que estes se enquadrem numa metodologia de abordagem e simultaneamente de uso. Ou seja, estamos a propor que o propósito da reabilitação seja o agente mobilizador e simultaneamente permita o usufruto dos espaços dos conventos. Restaurar, Recuperar, Reabilitar com tarefas partilhadas entre especialistas e trabalho voluntário organizado para e por cidadãos interessados nestas áreas associadas à natureza, à ecologia e sobretudo por contribuírem para a coesão social, ao mobilizar grupos de cidadãos, colectividades, pequenos e médios empresários e cidadãos ilustres e anónimos de Setúbal para a reabilitação dos conventos sob a direcção e a estratégia da Associação de Municípios da Região de Setúbal poderá constituir um desígnio, na pretensão de abrir os conventos aos cidadãos participando em diversos tipos de actividades, depois de se instalarem as condições mínimas de segurança, acolhimento e higiene.



Claustro - do Convento dos Capuchos



Integração na paisagem - Convento dos Capuchos

***Momentos suspensos no tempo - os caminhos dos conventos e os caminhos da serra.
“A cidade e a serra”***

A cidade prolonga-se no território, nos caminhos, nas veredas quase apagadas pelo tempo de abandono do usufruto da serra. Em consequência deu-se a regeneração da natureza sobre a paisagem cultural. Sinais da alteração da estrutura sócioeconómica dos vizinhos deste lugar que deixaram as actividades agrícolas e de pastoreio. Contudo ainda são visíveis na paisagem alguns traços, algumas “memórias” desses casos. Desde logo a estrutura fundiária com o geometrismo dos campos, as cercas e vedações, os sulcos na terra do corte dos arados, as árvores plantadas, as sebes, alguns registos nos afloramentos rochosos dos rodados de veículos antigos e modernos. Mas sobretudo observamos o retorno do solo maninho sobre o longo e forçado poiseio dos solos produtivos.

E é no despertar da Primavera que observamos a força interior da terra que procura repor as suas memórias, as suas ancestrais raízes que sempre permaneceram como uma imensa reserva da ancestral floresta mediterrânica da serra da Arrábida. O retorno “controlado” da floresta endémica deste lugar, a par da manutenção e exploração dos melhores solos produtivos poderá vir a repor um adequado interface entre a serra e a cidade, e vice-versa. E que melhor lugar do que este da meia encosta onde se localizam os Conventos de São Paulo e dos Capuchos. Como em nenhum outro lugar se pode observar esta necessidade, aliás como no passado quando não existiam cicatrizes tão profundas na paisagem, a vastidão da várzea e a magistral presença da serra, fundiam-se na sua interdependência.



Caminho da Casa de Fresco - Convento de São Paulo

As quintas que ainda permanecem são disso testemunho com a sua ancestral delimitação. A Poente as quintas de S. Romão, Arca d'Água e Serrado, a Sul os 47 hectares da quinta dos Paulistas, a Nascente a quinta de Vale Verde e numa proximidade com a cidade temos ainda as quintas dos Bonecos dos Machados de Santo António e Aloé.

Conhecidas as potencialidades da envolvente, e o assertivo programa para a quinta de S. Paulo, mais uma vez pensamos que “muito pouco há a fazer” no curto prazo a não ser a manutenção sem agravamento das condições existentes, de modo a se criarem com segurança novos passos que optimizem essas condições de visita e uso controlado dos conventos.



Adro / Miradouro - do Convento de São Paulo

Interdependência entre conventos - memórias para um retorno e salvação

A unidade a estabelecer entre conventos será provavelmente à partida a mais adequada forma de assegurar a sua permanência, o seu pleno usufruto. Per si, são dois conventos com tipologias semelhantes mas em conjunto são dois conventos diferentes que se complementam. Enquanto que o convento dos Paulistas aparenta uma fundação mínima que apesar de ter evoluído por diversas etapas nunca perdeu a contenção e austeridade física e formal, enquanto que o Convento dos Capuchos assentou na serra uma arquitectura de cânone regulada por um programa artístico ambicioso. A escala, proporção, distribuição funcional dos compartimentos em função da implantação escolhida, é por si só reveladora da qualidade arquitectónica deste convento cujas ruínas nos transportam para um lugar mágico, misterioso para uma força espiritual criada na terra, como coisa telúrica. As actuais ruínas e respectiva localização transporta-nos para outros lugares da diáspora portuguesa, onde esses assentamentos foram fundadores de novas urbanidades.

Noutro registo, e apesar da sua singeleza, se nos abeirarmos da interioridade do convento dos Paulistas e observarmos cuidadosamente a sua delicada relação com a serra, a encosta, a linha de água e a mina a Norte, compreenderemos as suas ancestrais e humildes raízes. Sobretudo o início precário de um simples e harmonioso ermitério que se transformou em convento. A sua matriz resulta da lenta adaptação e absorção do lugar. Um convento que se construiu com a natureza e não opondo-se a ela é por si só uma sábia solução se pensarmos o quanto terá sido complexo, por vezes penoso, transportar os materiais para a sua elaboração, serra acima. Todo este pequeno edifício é revelador de um cuidado sistema construtivo de contenção da natureza, tirando simultaneamente partido desta. Muros, contrafortes, canais, canos, plataformas, degraus e outras acessibilidades associadas a promenades de contemplação e passeio, são subsistemas auxiliares para estabilização de terras, evitando-se derrocadas, deslizamentos subterrâneos

ou rupturas de linhas de água permanentes ou sazonais. A água aliás, será uma das razões principais da sua localização uma vez que esta era captada a escassos metros do centro funcional do convento, ou seja a cozinha, o refeitório, as latrinas, para de novo continuar serra abaixo, sem causar danos na estrutura construída e territorial. Mas a água ainda garantia o cultivo da horta e regadio do pomar, como também “disciplinava” o estio resguardando os monges na casa de fresco, enquanto que, no claustro – representação terrestre do paraíso – procurava a harmonia da contemplação.

Hoje apreciamos ruínas que nos confundem por tão distantes que estão do seu uso ancestral. As lacunas físicas são impressionantes, contudo a ausência de significado perante o que permaneceu parece-nos o mais empobrecedor. Interpretar o que ainda existe será como que uma aventura que necessitará de se complementar em alguns trabalhos arqueológicos para melhor conhecermos todas as relações funcionais internas e externas a estes conventos. Por outro lado, permitir-nos-á também conhecer as actividades associadas e dimensionadas para as comunidades de monges outrora aí instaladas. Todo esse conhecimento poderá vir a revelar-se precioso na justa medida em que se poderá, se não mesmo se deverá, associar à reabilitação arquitectónica e paisagística, enquanto unidades agroflorestais complementadas pela estrutura ecológica da serra.

Ainda dentro da procura do conhecimento revela-se importante saber que tipos de relações terão existido entre os conventos desde a fundação dos Capuchos, após alguns séculos de exclusividade no local por parte dos Paulistas. Essas potenciais relações poderão ter sido determinantes na gestão do território e das suas riquezas. A eventual partilha de bens e serviços poderá ter existido entre ambas as comunidades com potenciais benefícios. Como também importará conhecer as relações com as instituições da cidade de Setúbal, e vice-versa, ou com os casais e pequenas comunidades rurais que medeiam a serra e a cidade.



Refeitório - Convento dos Capuchos

Mas para além dos aspectos mais comuns relacionados com as vivências e actividades dos monges ainda por conhecer, permanecem as razões da escolha do lugar em tão vasta serra. Conhecemos naturalmente a importância das linhas de água, o isolamento propício à meditação e aos votos de obediência das ordens em causa e a relativa proximidade com a cidade. Contudo, razões como a situação da atalaia sobre o território e a imensa baía oceânica, um eventual trilho ancestral de meia encosta com ligação entre lugares sagrados, uma posição favorável à observação do magnífico céu noturno poderão também estar na origem desta escolha. Certo é que o lugar é encantador como uma varanda debruçada para o Éden. O sentido de se viver como nos primórdios da humanidade, junto da natureza pródiga e generosa, reflectirá provavelmente parte desta escolha que no caso dos Paulistas terá constituído no limite a prova da total entrega a Deus, renegando os bens materiais, vivendo dos recursos aí colhidos sem muito mais que o essencial sempre escasso, quase insuficiente, um pouco como sucedia com os frágeis casais rurais instalados na várzea, onde a arquitectura popular revela essas mesmas condições de pobreza endémica, em contraste com as quintas abastadas de produção organizada.

Também a escala, proporção e expressão arquitectónica do Convento dos Paulistas apesar de declaradamente erudita na sua igreja e claustro, e quase popular nas dependências anexas, resultante do programa arquitectónico da ordem, revela uma total ausência de qualquer excesso, uma austeridade sóbria mas acolhedora como uma casa com zonas comuns e privadas dispostas em redor do claustro. A igreja disposta no sentido Norte, Sul expõe-se à paisagem destacando-se dos volumes que se adoçam ao terreno em sucessivos contrafortes de modo a estabilizarem delicadas plataformas. No mesmo sentido da igreja, e a confinar o claustro a Poente, encontra-se o refeitório e a cozinha que recebia directamente da mina e respectivo aqueduto a água fresca e viva que alimentava esta casa. No topo, deveria estar a latrina colectiva no fim da ala das celas, um volume virado a Sul e à magnífica baía.



Igrejas dos Conventos de São Paulo e Capuchos

No piso inferior, provavelmente localizavam-se os compartimentos das alfaías talvez do burro e de outros animais domésticos, todos eles virados para a vereda de acesso ao adro e ao “caminho da Serra”. Aliás seria provavelmente esta a entrada da cerca, a Sul-Poente defendida pela linha de água que pela sua fractura terá originado a construção de um muro contraforte quase como um sistema defensivo, ainda que os corsários estivessem longe e até aí muito teriam para pilhar. Contudo, quem sabe se não se terão aventurado por esses lugares tal como os bandoleiros e salteadores de carruagens dos séculos XVIII e XIX. Seja como for, não são visíveis quaisquer tentativas de fortificação artificial, a não ser que se considere o paredão Sul como algo que surgiu não só para conter a plataforma mas também para “confundir” o local enquanto estrutura fortificada. A própria localização oferece algumas vantagens sobre quem vem com más intenções do vasto território abaixo da consolidada plataforma.

Quanto ao Convento dos Capuchos, este orienta a sua igreja no quadrante Nascente-Poente, criando um pequeno terreiro em frente à enigmática fachada, repleta de baixos relevos com os símbolos da ordem. Uma pequena serliana em pedra da região suporta uma alongada frontaria. A majestática fachada e talvez a moldura vegetal a envolver a ruína transporta-nos para as igrejas do Oriente, para a Índia. No seu interior podemos ainda desfrutar de uma generosa nave dada pelo que resta da abóbada de tijolo e um esplendoroso arco triunfal. Alguns restos de revestimentos como estuques com vestígios de frescos, azulejos e cantarias sugerem que terá sido uma igreja opulenta, rica em decoração. A avaliar pelas cavidades nas paredes, terá tido ricos e adornados altares de talha dourada, com seus santos e objectos litúrgicos de segura qualidade artística.

Ao transitarmos da igreja para o claustro surpreende-nos a sua expressão, a pequena escala acentuada pelos dois pisos, onde se terão localizado as celas dos monges. Na ala Poente no piso térreo parece-nos que se terá localizado o refeitório com os seus tectos estucados de frescos coloridos, de onde se destaca o que resta após derrocada recente - o



Interiores das Igrejas dos Conventos de São Paulo e Capuchos

escudo nacional de grandes dimensões, no centro, como se pode ainda observar noutras salas também abobadadas como de resto parece ter sido o sistema construtivo adoptado em praticamente todo o piso térreo, enquanto que as estruturas de madeira terão sido a solução para o piso superior quer nas armações da cobertura quer nalguns pavimentos sobradados. A Norte-Nascente existe uma ala de dois pisos (terão sido celas) também arruinada como aliás todo o convento, sendo que esta tem a característica de “ancorar” o convento a uma plataforma superior através de um piso mais alto de ligação à encosta. Ligado a esta espécie de eirado encontramos uma pequena cerca murada que não conhecemos a sua utilização, talvez tenha sido o horto ou o pomar. A Nascente, deslocadas uma dezenas de metros, está a mina de água construída e decorada como uma casa de fresco. Integrada numa espécie de grutas e coberta por uma extensa vegetação, parece um lugar de fantasia e mistério, como numa história de duendes e florestas. A plataforma onde assenta este convento é grandiosa em medidas e planura. Os monges deste convento tiveram seguramente “grossos cabedais” ao seu dispor e deles souberam usufruir, construindo à medida desses recursos uma infraestrutura religiosa harmoniosa.

Estes dois conventos são agora parte integrante deste território, cada vez mais absorvidos pela força da natureza que lhes emprestou uma imagem de “ruína bela”, inebriante. Esta imagem que desperta uma certa nostalgia, um certo encanto, é algo perturbante, porquanto a sua permanência nestas actuais circunstâncias levará ao seu silencioso desaparecimento.

Em oposição a esta imagem de ruína, e não muito longe, temos o convento dos monges arrábicos, íntegro e bem preservado em plena serra, com vista para o oceano. Este convento revela-nos provavelmente parte das questões em aberto nos conventos dos Paulistas e dos Capuchos em termos das suas relações com a serra e com os eventuais ancestrais trilhos e caminhos, bem como ainda a “representação” arquitectónica neste cenário, parte integrante da delicada paisagem cultural construída pelos monges.

***Protecção, limpeza e considerações básicas.
Preparação para a 2ª fase:
usos e interfuncionalidades***

O facto dos dois conventos se encontrarem despojados dos seus interiores em termos de equipamentos fixos e móveis, para além de muitos dos seus espaços terem perdido perceptividade funcional e por vezes física, coloca-nos numa aparente liberdade de reutilização. Contudo, entendemos que se deverá manter o mais possível a tipologia em presença, propondo inclusivamente a sua “refuncionalidade” de modo a nunca se perder a memória material e imaterial deste lugar. A actual memória da organização funcional ainda reabilitável, não só permitirá uma adequada reabilitação estrutural e arquitectónica, como também reconfigurará usos correctos. Ao percorrermos os conventos, tal como se encontram, facilmente entendemos o quanto a actual funcionalidade, em termos da disposição hierárquica em que se encontram espaços e respectivas circulações, é determinante para a sua reabilitação. Senão, vejamos as igrejas. Serão no futuro igrejas, ou quanto muito espaços em que permaneça essa memória, tanto na espacialidade como na expressão, podendo no entanto albergar, em paralelo, usos respeitadores destes lugares, actualmente sagrados. As sacristias serão naturais apoios. As salas de maior dimensão, como refeitórios, poderão ser espaços de multifuncionalidades sem que se tenham de descodificar. Os claustros serão sempre claustros, devendo permitir, após o seu restauro, um usufruto diverso entre a contemplação e usos mais dinâmicos com retorno ao espaço claustral. As antigas cozinhas poderão recuperar parte da sua ancestral função actualizando equipamentos e infraestruturas, tornando-se copas mínimas para receber caterings ou apoio de zonas de retaguarda como arrumos. Palheiros e abegoarias deverão manter também a função de zonas de apoio às actividades dentro e fora dos conventos e nalguns casos pela localização, poderão integrar núcleos de sanitários. As antigas celas, ou o que delas resta, deverão nesta fase ser reabilitadas enquanto volumes e não enquanto espacialidades compartimentadas.



Claustro - Convento dos Capuchos



Claustros - Convento de São Paulo

Nesta linha de pensamento, propomos a consolidação estrutural das estruturas existentes de modo a estabilizá-las a partir das fundações, pavimentos e coroamentos pré-existent. Estes trabalhos deverão ser complementados por trabalhos de drenagem periférica dos conventos, de modo a estabilizar assentamentos diferenciais, nas fundações ocorridas por via de cedência do subsolo. Deverão ainda ser removidas árvores, arbustos e plantas infestantes, com recurso ao corte e infiltração de produtos adequados nas raízes para, à posteriori, serem cuidadosamente removidas. Em paralelo a estes trabalhos dever-se-á proceder à instalação de coberturas provisórias sobre o convento dos Capuchos e completar a cobertura existente sobre o convento dos Paulistas.

Após a estabilização das anomalias activas e a contenção/escoramento de elementos e/ou troços de paredes em risco, dever-se-á proceder a uma limpeza geral de modo a se avaliarem, in situ, os materiais das derrocadas de modo a serem “cartografados” e identificados numa possibilidade de virem a ser repostos/reintegrados nos locais de origem.

Com estes trabalhos cuidadosamente planeados e apoiados pelos respectivos levantamentos topográficos, arquitectónicos e fotográficos permitir-nos-á ainda nesta fase preliminar, não só pensar em usos, como dar início a uma fase experimental para a sua implementação, constituindo um tipo de ensaio em termos de acessibilidades e de interfuncionalidades entre conventos, com eventos planeados em complementaridade. Desta forma, dever-se-á proceder à instalação de infraestruturas mínimas como um núcleo de sanitários em cada convento e uma copa apenas num deles.

Quanto às redes infraestruturais dever-se-ão acautelar apenas as indispensáveis nesta fase como a água e a instalação de uma mini ETAR ecológica, comum aos dois conventos ou em opção conduzir os afluentes para a redeterras, evitando-se derrocadas, deslizamentos subterrâneos instalada na quinta de S. Paulo. Quanto à rede eléctrica, dever-se-á acautelar a sua instalação de modo a que seja

integrada em vala aberta, nos caminhos, com todo o cuidado face aos afloramentos rochosos e à flora local.

Pensar em usos fixos com um programa funcional rígido parece-nos, nesta fase, precipitado pelo que consideramos que em alternativa se deveria utilizar/visitar o(s) Convento(s), durante todas as fases de intervenção de modo a chamar a atenção para eles, denominando este processo “Conventos de S. Paulo e Capuchos - Work in Progress. Uma Via para a Reabilitação e Plena Fruição”.

Nesse sentido todos os anos se deverá implementar uma campanha de limpeza e manutenção geral com pequenas obras de consolidação, em simultâneo com “a campanha” de reabilitação anual ou bianual, conforme os recursos cabimentados e a metodologia a estabelecer por via do “plano orientador”, entretanto aprovado pela A.M.R.S., fazendo incidir os trabalhos em área(s) circunscrita(s).



Sala do Capítulo - Convento dos Capuchos



Ordem dos Capuchos - Convento dos Capuchos

“A Arrábida tira o nome dum *ribat* muçulmano, retiro de oração e preparação para a guerra santa; nos meados do século XVI, estabeleceu-se, na encosta sobranceira ao Portinho, uma comunidade de ermitas, protegida no seu voluntário isolamento pelos bosques e penhascos.

Pelo contraste entre terrenos siliciosos e terrenos calcários, pela exposição ao sul de parte das vertentes mais abrigadas, pelo bravio do relevo, pela falta de água, pela tardia ocupação humana, a Arrábida reveste-se ainda de uma vegetação ‘natural’, restos de uma mata com um sub-bosque denso de arbustos de grande porte. A árvore dominante é o carvalho português (*Quercus lusitanica*), de folha que cai tarde e renasce cedo, às vezes associado ao sobreiro e à azinheira, *Quercus* de folha perene, e, nos lugares mais abrigados, à alfarrobeira, que só no Algarve forma povoamentos importantes, propagada pela cultura; mas a maior extensão da mata é constituída por espécies arbustivas, que aqui tomam porte arbóreo: medronheiro, murta, folhado (*Viburnum tinus*), aderno (*Phillyrea latifolia*), algumas urzes arbóreas.” (Ribeiro, 1986, pp.96-97)

Bibliografia

Mota, A. Epílogo de Um Caso Exemplar: Autarquias do Distrito adquirem Sítio e Conventos de S.Paulo e Capuchos. In: Mota, A. (dir) Revista Património. Lisboa, pp. 74-75.

Carvalho, A. (1970). Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense: Conventos de Setúbal. Volume IV: II parte. Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, pp. 57-87.

Serrão, V. e Meco, J. Palmela Histórico: Artística, um inventário do património artístico concelhio. Palmela: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, pp. 277-304.

Construtora de Vila Franca, Lda. Levantamento Fotográfico e Identificação de Cantarias. Vila Franca, pp. 2-15.

Belo, A. (2001). Mosteiro de São Paulo de Alferrara / Convento de São Paulo / Convento de Nossa Senhora da Consolação. DGEMN.

Dionísio, S. (1924). Guia de Portugal: I Generalidades Lisboa e Arredores, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Mattoso, J., Daveau, S e Belo, D. (2010) Portugal - O sabor da Terra. s.l.: Cículo de Leitores.

ISBN: 978-989-644-099-2Ribeiro, O. (1986) A Arrábida: Esboço geográfico. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.

Caderno 0.6

Síntese da metodologia de intervenção inscrita no plano director de conservação, restauro e reversão da unidade patrimonial da Quinta de São Paulo - 2017

Victor Mestre | VMSA Arquitectos

A conservação, restauro e reversão do processo de degradação dos Conventos de São Paulo e Capuchos, entendidos enquanto parte integrante de uma unidade paisagística complexa, alicerça-se numa metodologia de intervenção programada a 25 anos (iniciada em 2010).

Esta metodologia deriva de um processo regulador de estudos e intervenções articuladas e programadas entre si. A base primordial destes advém do conhecimento cultural e técnico-científico que se produz no âmbito de uma programação regular e multidisciplinar.

No plano disciplinar pretende-se reforçar a matriz base onde se inscrevem esses estudos programados de modo a se promoverem acções directas de conservação e restauro, elas próprias indutoras de novos conhecimentos.

Para se conduzir e estruturar esse conhecimento criou-se um grupo de trabalho, denominado grupo de reflexão, composto por investigadores na área cultural e científica que através de reuniões periódicas nos Conventos, em conjunto com os técnicos e dirigentes da AMRS, reflectem e produzem conhecimento científico, sobre os trabalhos em curso e programados.

O documento estruturante denominada “metodologia de intervenção”, tem a flexibilidade de se ajustar em face dos múltiplos resultados que se vão alicerçando, com a programação e os resultados obtidos no decurso das campanhas de obras. Essa programação inscreve-se numa gestão económica/financeira inscrita nas verbas que a instituição considera adequada, após análise criteriosa das iniciativas e respectivas estimativas a implementar em cada ciclo, quer a nível de projectos, quer a nível de obras.

A metodologia de intervenção enquanto acção ou acções programadas, resulta do plano director que prevê a elaboração de estudos de análise, prospecção, inventariação, projectos e acções numa cronologia repartida temporalmente para cada unidade específica.

Destaca-se o levantamento topográfico integral da propriedade: o levantamento integral de todos os edifícios, estruturas complementares edificadas acima do solo e no subsolo; sistema hidráulico; unidade paisagística, integrando o conhecimento sobre avifauna, flora endémica e introduzida, em estreita relação com a condição de unidade paisagística integrada no Parque Natural da Arrábida.

Através de uma permanente recolha e tratamento de informação científica e cultural relacionada com o património edificado e da paisagem da Quinta de São Paulo a par das intervenções planeadas de conservação e restauro, pretende-se construir uma base de dados cuja cuidada observação e escrutínio no domínio do espaço público começa a dar os primeiros passos, tornando-se num desígnio enquanto projecto(s) e obra(s) aberta(s) à comunidade local, em particular, e à sociedade, em geral.

O sentido com que cada iniciativa de conservação, restauro e/ou de reversão das unidades degradadas ocorre, tem na sua génese a manutenção da integridade física em estreita relação com os valores imateriais em presença. Este é um dos desígnios de maior complexidade e exigência ao nível da ética de intervenção.

A estrutura aberta do plano director de conservação, restauro e reversão da degradação da unidade patrimonial, gerida através de uma metodologia de intervenção programada enquanto processo cultural, técnico e tecnológico, permanentemente escrutinado no plano da ética de intervenção, constitui a matriz orientadora de todas as acções previstas a 25 anos.

O desígnio fundamental de toda esta iniciativa é o de abrir este espaço cultural à comunidade em segurança de fruição do edificado e dos espaços envolventes, promovendo a visita complementada com programação previamente calendarizada de encontros de âmbito cultural e científico.

